

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	18
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	78
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	81
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	82

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	571.644
Preferenciais	1.119.341
Total	1.690.985
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.290
Preferenciais	1
Total	2.291

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,33044
Reunião do Conselho de Administração	15/02/2019	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,36348

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	110.977.996	102.434.276
1.01	Ativo Circulante	20.049.677	18.241.374
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.940.134	3.275.300
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	142.569	204.911
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	3.797.565	3.070.389
1.01.03	Contas a Receber	8.477.585	8.246.991
1.01.04	Estoques	543.335	460.800
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.189.242	4.945.986
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.189.242	4.945.986
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	382.867	274.027
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	4.806.375	4.671.959
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.178.705	581.261
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	720.676	731.036
1.01.08.03	Outros	720.676	731.036
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	99.338	110.229
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	58.331	69.065
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	302.261	312.820
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	51.785	51.785
1.01.08.03.05	Outros Ativos	208.961	187.137
1.02	Ativo Não Circulante	90.928.319	84.192.902
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.266.308	7.379.263
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	72.955	76.717
1.02.01.03	Contas a Receber	460.374	426.252
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	140.248	134.209
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	619	694
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.592.112	6.741.391
1.02.01.09.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.057.013	3.222.262
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.457.105	3.446.866
1.02.01.09.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	31.709	26.468
1.02.01.09.06	Outros Ativos	46.285	45.795
1.02.02	Investimentos	570.291	484.108
1.02.02.01	Participações Societárias	570.291	484.108
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	469.905	382.451
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	99.961	101.302
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	425	355
1.02.03	Imobilizado	42.202.753	34.109.139
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.634.431	31.997.050
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	8.605.505	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.962.817	2.112.089
1.02.04	Intangível	41.888.967	42.220.392

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	110.977.996	102.434.276
2.01	Passivo Circulante	18.065.872	17.164.957
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	533.886	765.098
2.01.01.01	Obrigações Sociais	379.212	372.408
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	154.674	392.690
2.01.02	Fornecedores	7.275.534	7.746.133
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.255.410	1.739.516
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	430.624	635.980
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	430.624	635.980
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	761.782	1.051.536
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	63.004	52.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.992.211	1.464.166
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.163.159	1.287.072
2.01.04.02	Debêntures	106.230	123.961
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.722.822	53.133
2.01.05	Outras Obrigações	5.627.986	5.072.118
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	21.520	23.548
2.01.05.02	Outros	5.606.466	5.048.570
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.770.914	4.172.916
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.418	16.158
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	499.651	525.509
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	19.667	19.667
2.01.05.02.08	Outros Passivos	309.816	314.320
2.01.06	Provisões	380.845	377.926
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	380.845	377.926
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	253.924	245.804
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	125.472	132.122
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	1.449	0
2.02	Passivo Não Circulante	20.664.428	13.662.292
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.200.842	4.675.271
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.194.376	1.285.428
2.02.01.02	Debêntures	3.050.697	3.049.949
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	6.955.769	339.894
2.02.02	Outras Obrigações	1.208.577	999.336
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.285	1.650
2.02.02.02	Outros	1.207.292	997.686
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	28.177	22.845
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	214.626	39.245
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	15.224	11.850
2.02.02.02.07	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	670.092	655.281
2.02.02.02.09	Outros Passivos	279.173	268.465
2.02.03	Tributos Diferidos	2.279.536	1.982.952
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.279.536	1.982.952
2.02.04	Provisões	5.752.569	5.754.207
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.249.221	4.254.311
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.877.330	1.867.529

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	447.011	500.948
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	873.088	863.618
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.051.792	1.022.216
2.02.04.02	Outras Provisões	1.503.348	1.499.896
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	669.017	672.621
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	834.331	827.275
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	222.904	250.526
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	222.904	250.526
2.03	Patrimônio Líquido	72.247.696	71.607.027
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	1.213.532	1.213.532
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-87.820	-87.820
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.238.278	1.238.278
2.03.04	Reservas de Lucros	6.797.062	6.792.854
2.03.04.01	Reserva Legal	2.584.757	2.584.757
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	43.621	39.413
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	2.468.684	2.468.684
2.03.04.10	Reserva para Expansão e Modernização	1.700.000	1.700.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	637.934	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	27.752	29.225

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.763.353	9.142.800
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.415.478	-4.725.737
3.03	Resultado Bruto	5.347.875	4.417.063
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.618.074	-2.890.556
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.204.014	-3.015.699
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-546.323	-551.075
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	201.590	317.793
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-156.727	-209.503
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	87.400	567.928
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.729.801	1.526.507
3.06	Resultado Financeiro	-90.515	-195.069
3.06.01	Receitas Financeiras	318.387	250.230
3.06.02	Despesas Financeiras	-408.902	-445.299
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.639.286	1.331.438
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-297.144	-233.419
3.08.01	Corrente	-464	-209
3.08.02	Diferido	-296.680	-233.210
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.342.142	1.098.019
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.342.142	1.098.019
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,74538	0,60980
3.99.01.02	PN	0,81990	0,67800
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,74538	0,60980
3.99.02.02	PN	0,81990	0,67800

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	1.342.142	1.098.019
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.473	2.184
4.02.01	Perdas com Instrumentos Financeiros Derivativos	-352	-771
4.02.02	Tributos	120	262
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-1.287	2.680
4.02.04	Ganhos não Realizados em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	70	20
4.02.05	Tributos	-24	-7
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.340.669	1.100.203

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.487.994	1.903.271
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.868.421	3.601.774
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.639.286	1.331.438
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2.587.693	1.989.690
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos e Instrumentos Financeiros Derivativos	-19.664	-7.269
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	100.494	102.385
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-87.400	-567.928
6.01.01.06	Perdas (Ganhos) na Baixa / Alienação de Ativos	-26.781	4.979
6.01.01.07	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	414.818	356.007
6.01.01.08	Mudanças em Provisões Passivas	-24.414	27.149
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques	-13.798	-8.189
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	14.784	11.864
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	156.727	209.503
6.01.01.12	Despesas de Juros	194.883	157.255
6.01.01.13	Outros	-68.207	-5.110
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.380.427	-1.698.503
6.01.02.01	Contas a Receber	-679.533	-494.279
6.01.02.02	Estoques	-68.737	-153.309
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	183.240	-58.980
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-603.133	-332.407
6.01.02.05	Outros Ativos	-10.501	-131.866
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-227.837	-146.951
6.01.02.07	Fornecedores	115.247	42.941
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	327.833	65.465
6.01.02.09	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	-251.179	-289.208
6.01.02.10	Outros Passivos	34.844	-37.864
6.01.02.11	Juros Pagos	-200.671	-162.045
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.089.699	-1.187.594
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-2.107.611	-2.043.657
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	3.720	612
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	14.192	-4.549
6.02.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	0	860.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-733.461	-538.901
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	-752.865	-561.056
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	45.003	25.938
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-25.328	-3.416
6.03.04	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-271	-367
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	664.834	176.776
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.275.300	3.681.173
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.940.134	3.857.949

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.213.532	6.792.854	0	29.225	71.607.027
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.213.532	6.792.854	0	29.225	71.607.027
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-700.000	0	-700.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-700.000	0	-700.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.342.142	-1.473	1.340.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.342.142	0	1.342.142
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.473	-1.473
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.208	-4.208	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais - Ajuste DIPJ	0	0	4.208	-4.208	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.213.532	6.797.062	637.934	27.752	72.247.696

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.213.522	4.655.092	0	21.328	69.461.358
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-138.663	0	-138.663
5.02.01	Efeitos das Adoções do CPC 47 e CPC 48, Líquidos de Tributos em 01.01.18	0	0	0	-138.663	0	-138.663
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.213.522	4.655.092	-138.663	21.328	69.322.695
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.098.019	2.184	1.100.203
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.098.019	0	1.098.019
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.184	2.184
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.767	-2.767	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais - Ajuste DIPJ	0	0	2.767	-2.767	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.213.522	4.657.859	956.589	23.512	70.422.898

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	14.165.052	12.892.800
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.212.057	12.692.576
7.01.02	Outras Receitas	367.813	556.231
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-414.818	-356.007
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.990.724	-4.527.130
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.877.852	-2.381.462
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.153.451	-2.148.244
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	40.579	2.576
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.174.328	8.365.670
7.04	Retenções	-2.587.693	-1.989.690
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.587.693	-1.989.690
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.586.635	6.375.980
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	405.787	818.158
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	87.400	567.928
7.06.02	Receitas Financeiras	318.387	250.230
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.992.422	7.194.138
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.992.422	7.194.138
7.08.01	Pessoal	980.310	936.418
7.08.01.01	Remuneração Direta	660.059	629.270
7.08.01.02	Benefícios	276.101	260.518
7.08.01.03	F.G.T.S.	44.150	46.630
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.911.142	3.975.023
7.08.02.01	Federais	1.270.383	1.176.671
7.08.02.02	Estaduais	2.573.449	2.756.653
7.08.02.03	Municipais	67.310	41.699
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	758.828	1.184.678
7.08.03.01	Juros	397.793	435.840
7.08.03.02	Aluguéis	361.035	748.838
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.342.142	1.098.019
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.342.142	1.098.019

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	111.039.999	102.561.318
1.01	Ativo Circulante	20.212.633	18.362.992
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.074.843	3.381.328
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	143.393	205.598
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	3.931.450	3.175.730
1.01.03	Contas a Receber	8.546.588	8.304.382
1.01.04	Estoques	544.466	462.053
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.191.402	4.948.807
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.191.402	4.948.807
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	383.649	274.589
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	4.807.753	4.674.218
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.179.221	581.743
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	676.113	684.679
1.01.08.03	Outros	676.113	684.679
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	111.580	114.715
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	58.331	69.065
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	302.490	313.007
1.01.08.03.05	Outros Ativos	203.712	187.892
1.02	Ativo Não Circulante	90.827.366	84.198.326
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.628.707	7.760.357
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	73.170	76.934
1.02.01.03	Contas a Receber	460.374	426.252
1.02.01.06	Tributos Diferidos	210.556	230.097
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	210.556	230.097
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	140.266	134.232
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.038	6.061
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.743.303	6.886.781
1.02.01.09.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.057.013	3.222.262
1.02.01.09.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.608.220	3.597.007
1.02.01.09.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	31.709	26.468
1.02.01.09.06	Outros Ativos	46.361	41.044
1.02.02	Investimentos	100.386	101.657
1.02.02.01	Participações Societárias	100.386	101.657
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	100.386	101.657
1.02.03	Imobilizado	42.208.297	34.115.327
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.638.364	32.002.431
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	8.606.519	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.963.414	2.112.896
1.02.04	Intangível	41.889.976	42.220.985

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	111.039.999	102.561.318
2.01	Passivo Circulante	17.951.844	17.160.820
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	550.854	782.630
2.01.01.01	Obrigações Sociais	392.691	385.695
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	158.163	396.935
2.01.02	Fornecedores	7.109.210	7.642.782
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.277.653	1.809.974
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	449.110	659.519
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.408	12.009
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	439.702	647.510
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	762.425	1.094.769
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	66.118	55.686
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.992.720	1.464.166
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.163.159	1.287.072
2.01.04.02	Debêntures	106.230	123.961
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.723.331	53.133
2.01.05	Outras Obrigações	5.638.875	5.083.339
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	28.658	22.220
2.01.05.02	Outros	5.610.217	5.061.119
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.770.914	4.172.916
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.418	16.538
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	499.651	525.509
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	19.667	19.667
2.01.05.02.08	Outros Passivos	313.567	326.489
2.01.06	Provisões	382.532	377.929
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	382.532	377.929
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	255.576	245.805
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	125.507	132.124
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	1.449	0
2.02	Passivo Não Circulante	20.840.459	13.793.471
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.201.346	4.675.271
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.194.376	1.285.428
2.02.01.02	Debêntures	3.050.697	3.049.949
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	6.956.273	339.894
2.02.02	Outras Obrigações	1.256.404	1.003.326
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.058	9.496
2.02.02.02	Outros	1.255.346	993.830
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	28.177	22.845
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	258.309	39.245
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	15.305	11.903
2.02.02.02.07	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	674.752	659.811
2.02.02.02.09	Outros Passivos	278.803	260.026
2.02.03	Tributos Diferidos	2.279.536	1.982.952
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.279.536	1.982.952
2.02.04	Provisões	5.880.269	5.881.396
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.376.094	4.380.673

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.962.264	1.951.897
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	479.938	533.881
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	882.100	872.679
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.051.792	1.022.216
2.02.04.02	Outras Provisões	1.504.175	1.500.723
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	669.844	673.448
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	834.331	827.275
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	222.904	250.526
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	222.904	250.526
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	72.247.696	71.607.027
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	1.213.532	1.213.532
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-87.820	-87.820
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	1.238.278	1.238.278
2.03.04	Reservas de Lucros	6.797.062	6.792.854
2.03.04.01	Reserva Legal	2.584.757	2.584.757
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	43.621	39.413
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	2.468.684	2.468.684
2.03.04.10	Reserva para Expansão e Modernização	1.700.000	1.700.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	637.934	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	27.752	29.225

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.974.736	10.788.961
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.440.007	-5.020.930
3.03	Resultado Bruto	5.534.729	5.768.031
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.762.762	-3.971.288
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.227.972	-3.198.702
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-549.734	-600.816
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	180.374	89.433
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-165.376	-261.768
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-54	565
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.771.967	1.796.743
3.06	Resultado Financeiro	-89.656	-172.726
3.06.01	Receitas Financeiras	323.145	278.996
3.06.02	Despesas Financeiras	-412.801	-451.722
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.682.311	1.624.017
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-340.169	-525.998
3.08.01	Corrente	-23.948	-310.244
3.08.02	Diferido	-316.221	-215.754
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.342.142	1.098.019
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.342.142	1.098.019
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.342.142	1.098.019
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.342.142	1.098.019
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.473	2.184
4.02.01	Perdas com Instrumentos Financeiros Derivativos	-352	-771
4.02.02	Tributos	120	262
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-1.287	2.680
4.02.04	Ganhos não Realizados em Ativos Finac. a VJ através de Outros Res. Abrangentes	70	20
4.02.05	Tributos	-24	-7
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.340.669	1.100.203
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.340.669	1.100.203

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.516.599	2.945.994
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	4.974.560	4.547.144
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	1.682.311	1.624.017
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2.588.373	1.998.290
6.01.01.03	Variações Cambiais de Empréstimos e Instrumentos Financeiros Derivativos	-20.042	-7.466
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	101.484	103.434
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	54	-565
6.01.01.06	Perdas (Ganhos) na Baixa / Alienação de Ativos	-25.788	4.979
6.01.01.07	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	426.009	398.080
6.01.01.08	Mudanças em Provisões Passivas	-63.148	57.728
6.01.01.09	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques	-13.796	-9.224
6.01.01.10	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	14.909	12.286
6.01.01.11	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	157.491	213.440
6.01.01.12	Despesas de Juros	194.901	157.255
6.01.01.13	Outros	-68.198	-5.110
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.457.961	-1.601.150
6.01.02.01	Contas a Receber	-702.336	-822.628
6.01.02.02	Estoques	-68.616	-152.911
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	183.864	-55.277
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-603.162	-334.182
6.01.02.05	Outros Ativos	-12.259	-71.569
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-228.374	-161.089
6.01.02.07	Fornecedores	90.703	370.501
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	324.225	118.350
6.01.02.09	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	-252.657	-293.402
6.01.02.10	Outros Passivos	35.713	-25.589
6.01.02.11	Juros Pagos	-200.689	-162.045
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-24.373	-11.309
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.089.492	-2.103.222
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-2.107.611	-2.099.174
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	3.720	612
6.02.03	Resgate (Aplicações) de Depósitos Judiciais	14.399	-4.660
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-733.592	-538.619
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamentos	-752.993	-561.056
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	45.189	26.254
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-25.517	-3.450
6.03.04	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-271	-367
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	693.515	304.153
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.381.328	4.050.338
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.074.843	4.354.491

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.213.532	6.792.854	0	29.225	71.607.027	0	71.607.027
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.213.532	6.792.854	0	29.225	71.607.027	0	71.607.027
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-700.000	0	-700.000	0	-700.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-700.000	0	-700.000	0	-700.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.342.142	-1.473	1.340.669	0	1.340.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.342.142	0	1.342.142	0	1.342.142
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.473	-1.473	0	-1.473
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.208	-4.208	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais - Ajuste DIPJ	0	0	4.208	-4.208	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.213.532	6.797.062	637.934	27.752	72.247.696	0	72.247.696

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.213.522	4.655.092	0	21.328	69.461.358	0	69.461.358
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-138.663	0	-138.663	0	-138.663
5.02.01	Efeitos das Adoções do CPC 47 e CPC 48, Líquidos de Tributos em 01.01.18	0	0	0	-138.663	0	-138.663	0	-138.663
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.213.522	4.655.092	-138.663	21.328	69.322.695	0	69.322.695
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.098.019	2.184	1.100.203	0	1.100.203
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.098.019	0	1.098.019	0	1.098.019
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.184	2.184	0	2.184
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.767	-2.767	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais - Ajuste DIPJ	0	0	2.767	-2.767	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.213.522	4.657.859	956.589	23.512	70.422.898	0	70.422.898

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	14.372.092	14.410.606
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	14.453.216	14.551.856
7.01.02	Outras Receitas	344.885	256.830
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-426.009	-398.080
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.120.539	-4.916.144
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.998.739	-2.695.700
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.161.384	-2.224.055
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	39.584	3.611
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.251.553	9.494.462
7.04	Retenções	-2.588.373	-1.998.290
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.588.373	-1.998.290
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.663.180	7.496.172
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	323.091	279.561
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-54	565
7.06.02	Receitas Financeiras	323.145	278.996
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.986.271	7.775.733
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.986.271	7.775.733
7.08.01	Pessoal	993.887	1.061.112
7.08.01.01	Remuneração Direta	668.406	703.542
7.08.01.02	Benefícios	280.258	303.542
7.08.01.03	F.G.T.S.	45.223	54.028
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.887.561	4.417.440
7.08.02.01	Federais	1.241.436	1.592.565
7.08.02.02	Estaduais	2.573.891	2.760.467
7.08.02.03	Municipais	72.234	64.408
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	762.681	1.199.162
7.08.03.01	Juros	401.421	441.491
7.08.03.02	Aluguéis	361.260	757.671
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.342.142	1.098.019
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.342.142	1.098.019

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO MÓVEL

DESEMPENHO FINANCEIRO

Consolidado em R\$ milhões	1T19	1T18	Δ% YoY
RECEITA LÍQUIDA MÓVEL	7.081	6.765	4,7
Receita de Serviço Móvel	6.482	6.379	1,6
Dados e Serviços Digitais	5.345	4.948	8,0
Voz	1.133	1.431	(20,8)
Outros	5	1	702,4
Receita Líquida de Aparelhos	598	386	55,1

A **Receita Líquida Móvel** cresceu 4,7% a/a no 1T19. O crescimento deve-se, principalmente, à expansão da Receita de Dados e Serviços Digitais (+8,0% a/a), à maior Receita de Aparelhos (+55,1% a/a), resultado da forte atividade comercial no período e do *upsell* da base de clientes para planos pós-pago com maior volume de dados. Por outro lado, as receitas de voz continuam sendo afetadas pelo contexto macroeconômico, pela maturidade deste serviço devido à substituição de voz por dados, pela expansão dos planos ilimitados de voz e a redução das tarifas de interconexão.

A Receita de **Dados e Serviços Digitais** apresentou crescimento de 8,0% a/a no 1T19, resultado de nossa estratégia centrada em dados. Contribuíram para esse desempenho, por mais um trimestre, a expansão do uso dos dados e dos serviços de valor agregado, além da maior penetração dos Planos Família. No trimestre, a representatividade da Receita de Dados e Serviços Digitais sobre a Receita Líquida de Serviço Móvel aumentou para 82,4%, evoluindo 4,9 p.p. a/a.

A Receita de **Voz** reduziu 20,8% em relação ao 1T18, reflexo principalmente da migração para o consumo de serviços de dados em decorrência da maturidade do serviço.

A **Receita Líquida de Aparelhos** apresentou aumento de 55,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, em linha com a estratégia de acelerar e ganhar participação neste mercado relevante e em expansão, com venda de aparelhos e acessórios com margem positiva, atraindo consumidores de alto valor para nossas lojas físicas e virtual.

NEGÓCIO FIXO

DESEMPENHO FINANCEIRO

Consolidado em R\$ milhões	1T19	1T18	Δ% YoY
RECEITA LÍQUIDA FIXA	3.894	4.024	(3,2)
Banda Larga	1.386	1.231	12,6
FTTH	437	292	49,6
Outras Tecnologias	949	939	1,1
TV por Assinatura	471	471	0,0
IPTV	199	138	45,1
Outras Tecnologias	272	334	(18,5)
Dados Corporativos e TI	616	588	4,8
Voz	1.409	1.726	(18,4)
Outros	12	7	61,9

Comentário do Desempenho

A **Receita Líquida Fixa** apresentou queda de 3,2% no 1T19 em comparação ao mesmo período do ano passado, impactada pela queda das Receitas de Voz, que é parcialmente compensada pela evolução positiva da Receita de Banda Larga.

A Receita de **Banda Larga** cresceu 12,6% a/a no 1T19, impulsionada pela evolução da Receita de FTTH, que representou 31,6% desta receita no período e cresceu 49,6% no comparativo anual, refletindo os esforços da Companhia direcionados ao aumento da base e à migração de clientes para velocidades mais altas, expandindo os acessos em fibra, que possuem maior ARPU, além da expansão da rede de FTTH para 9 novas cidades somente nos primeiros três meses de 2019.

No 1T19, a Receita de **TV por Assinatura** manteve-se estável no comparativo anual, devido à estratégia mais seletiva para este serviço, com foco em produtos de maior valor, como IPTV, que apresentou crescimento de receita de 45,1% a/a, de forma a proporcionar a melhor experiência para o cliente e otimizar a rentabilidade deste negócio.

A Receita de **Dados Corporativos e TI** cresceu 4,8% a/a no 1T19, em função do bom desempenho das receitas de novos serviços, como dados, *cloud*, e serviços de TI.

A Receita de **Voz** apresentou redução de 18,4% no período em relação ao 1T18, devido principalmente à maturidade do serviço, à substituição fixo-móvel e à última redução da TU-RL e TU-RIU, ocorrida em fevereiro de 2019.

CUSTOS OPERACIONAIS

Consolidado em R\$ milhões	Pro forma (ex-IFRS 16)			Contábil		
	1T19	1T18	Δ% YoY	1T19	1T18	Δ% YoY
CUSTOS OPERACIONAIS	(7.072)	(6.995)	1,1	(6.614)	(6.995)	(5,4)
Pessoal	(904)	(959)	(5,8)	(904)	(959)	(5,8)
Custo dos Serviços Prestados	(2.854)	(2.777)	2,8	(2.450)	(2.777)	(11,8)
Interconexão	(305)	(284)	7,4	(305)	(284)	7,4
Impostos, Taxas e Contribuições	(409)	(414)	(1,1)	(409)	(414)	(1,1)
Serviços de Terceiros	(1.379)	(1.369)	0,7	(1.379)	(1.369)	0,7
Outros	(760)	(710)	7,1	(356)	(710)	(49,9)
Custo das Mercadorias Vendidas	(754)	(484)	55,7	(754)	(484)	55,7
Despesas de Comercialização dos Serviços	(2.229)	(2.228)	0,1	(2.216)	(2.228)	(0,5)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(426)	(398)	7,0	(426)	(398)	7,0
Serviços de Terceiros	(1.724)	(1.736)	(0,7)	(1.724)	(1.736)	(0,7)
Outros	(79)	(94)	(15,8)	(66)	(94)	(29,6)
Despesas Gerais e Administrativas	(346)	(374)	(7,4)	(306)	(374)	(18,2)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	15	(172)	n.d.	15	(172)	n.d.

Os **Custos Operacionais** da Companhia, excluindo gastos com Depreciação e Amortização, registraram um aumento de 1,1% em comparação ao mesmo período do ano passado, alcançando R\$ 7.072 milhões no trimestre, em um período em que a inflação foi de +4,6% (IPCA-12M).

O **Custo de Pessoal** reduziu 5,8% na comparação anual, principalmente em função das reestruturações organizacionais ocorridas em 2018 e 2019 e dos menores gastos com remuneração variável.

O **Custo dos Serviços Prestados** no 1T19 registrou aumento de 2,8% em relação ao 1T18, principalmente em função dos maiores gastos com a ampliação da infraestrutura de rede no período, em virtude da expansão da cobertura 4G, 4.5G e fibra. Se considerarmos os efeitos do IFRS 16, os Custos dos Serviços Prestados caíram 11,8% a/a.

O **Custo das Mercadorias Vendidas** cresceu 55,7% no 1T19 em comparação ao mesmo período no ano anterior, em função da estratégia da Companhia de dar maior foco à venda de terminais e equipamentos a partir do 4T17, trazendo receitas incrementais para a Companhia com margens positivas.

Comentário do Desempenho

As **Despesas de Comercialização dos Serviços** se mantiveram praticamente estáveis (+0,1% a/a no 1T19), devido principalmente aos maiores gastos com comissões por conta da aceleração na venda de produtos de maior valor, parcialmente compensados pelos menores custos com faturamento, postagens, *call centers* e *back office*, graças aos bons resultados das iniciativas de digitalização, eficiência e simplificação.

A **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** alcançou a cifra de R\$ 426 milhões, o que representa 2,6% da Receita Bruta no trimestre, mantendo-se praticamente estável em relação ao 1T18 apesar do crescimento da base de pós-pago.

Os **Serviços de Terceiros** registraram uma redução de 0,7% na comparação anual. A crescente digitalização do relacionamento com os clientes, exemplificada pela maior proporção do *e-commerce* na venda de produtos, serviços e recargas, pela adoção acelerada do *e-billing* pelos clientes da base e novos clientes, e pelo uso crescente dos canais virtuais e do *app* MEU VIVO, levam à redução de custos com *call center*, *back offices* e confecção e postagem de contas, proporcionando uma experiência única e personalizada aos nossos clientes.

As **Despesas Gerais e Administrativas** reduziram-se em 7,4% no 1T19, devido ao contínuo controle de custos nestas rubricas.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas apresentaram uma evolução positiva no trimestre, devido aos recursos provenientes de multas contratuais e recuperações fiscais, combinados a menores provisões para contingências trabalhistas e cíveis.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O item **Depreciação e Amortização** apresentou crescimento de 7,9% na comparação anual no 1T19, devido principalmente ao crescimento da base de ativos imobilizados relacionado à expansão da rede de fibra. Se considerarmos os efeitos do IFRS 16, os custos com Depreciação e Amortização cresceram 29,5% a/a.

RESULTADO FINANCEIRO

No 1T19, o **Resultado Financeiro Líquido** apresentou receita de R\$ 3 milhões. A redução das despesas financeiras do 1T19 comparadas ao mesmo período do ano anterior ocorre principalmente em função do menor endividamento líquido, redução nas taxas de juros e menores despesas de atualizações monetárias, efeitos adicionados à atualização financeira do crédito extraordinário gerado em 2018 referente às decisões judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

Considerando os efeitos do IFRS 16, a Companhia registrou, no período, despesas financeiras líquidas de R\$ 90 milhões, redução de R\$ 83,1 milhões em comparação ao 1T18.

INVESTIMENTOS

Consolidado em R\$ milhões	1T19	1T18	Δ% YoY
INVESTIMENTOS	1.696	1.547	9,6
Rede	1.514	1.383	9,5
Tecnologia / Sistemas de Informação	160	124	29,4
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e Outros	21	41	(47,6)
INVESTIMENTOS / ROL	15,5%	14,3%	1,1 p.p.

Comentário do Desempenho

Os **Investimentos** realizados no 1T19 foram 9,6% maiores na comparação anual, alcançando R\$ 1.696 milhões, o que representa 15,5% da Receita Operacional Líquida do período.

Os investimentos se concentraram, principalmente, no aumento do *footprint* e adoção de FTTH e na maior cobertura e capacidade nas tecnologias 4G e 4.5G.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 1T19 com uma **dívida bruta** de R\$ 5.892 milhões, excluindo o reconhecimento de passivos decorrentes de arrendamentos, exigido pelo IFRS 16, tais como torres e seus terrenos, circuitos, escritórios, lojas, e imóveis comerciais. A redução da dívida bruta deve-se à liquidação de empréstimos e financiamentos no período. Do montante, 0,9% é denominado em moeda estrangeira, coberta por operações de proteção cambial (hedge).

A **dívida líquida ex-IFRS 16** atingiu R\$ 1.279 milhões ao final do 1T19. Em comparação ao 1T18, a dívida líquida reduziu-se em R\$1.805 milhões, principalmente pela maior geração de caixa no período. Considerando o impacto do IFRS16, a dívida líquida atingiu R\$ 9.581 milhões ao final do período.

Notas Explicativas

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) *data center*, incluindo hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de *softwares* de qualquer natureza, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica (“Grupo”), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Telefónica S.A. (“Telefónica”), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,58% (nota 22).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na B3 (companhia resultante da combinação de atividades entre a BM&FBovespa e CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange*” – “NYSE”).

b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM” - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); e (iv) Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC” - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas (“PGO”).

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21).

De acordo com os termos de autorização de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21), sendo que no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Estes contratos são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos.

As informações sobre um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência para o SMP, outorgadas para a Companhia são as mesmas da nota explicativa 1b) Operações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

c) Eventos societários ocorridos em 2018

As informações sobre o processo reestruturação societária, com a incorporação da controlada integral Telefônica Data S.A. ("TData") pela Companhia, com efeitos operacionais a partir de 1º de dezembro de 2018, são as mesmas da nota explicativa 1.c.1) Reestruturação Societária - 2018, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

a) Declaração de conformidade

As informações trimestrais ("ITRs") individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias, emitido Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de forma condizente com as deliberações emitidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITRs.

b) Bases de preparação e apresentação

As ITRs foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das ITRs, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados utilizando-se o método indireto.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto que as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada seguindo o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas ITRs.

Estas ITRs comparam os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 31 de março de 2019 com 31 de dezembro de 2018.

As ITRs individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 6 de maio de 2019.

c) Moeda funcional e de apresentação

As ITRs da Companhia são apresentadas em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma.

A moeda funcional e de apresentação das ITRs da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

d) Bases de consolidação

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia detinha participações societárias diretas em controladas e de controle em conjunto, conforme segue:

Notas Explicativas

Investidas	Tipo de investimento	Participação	País (Sede)	Atividade principal
Terra Networks Brasil S.A. ("Terra Networks")	Controlada	100,00%	Brasil	Telecomunicações
Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLLog")	Controlada	99,99%	Brasil	Transportes e logística
POP Internet Ltda ("POP")	Controlada	99,99%	Brasil	Internet
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Exploração de redes subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As informações sobre as controladas, são as mesmas da nota explicativa 1.d) Bases de consolidação, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

e) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

f) Principais políticas contábeis

As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2018 não foram integralmente repetidas nessas ITRs.

As políticas contábeis adotadas na preparação das ITRs da Companhia para o trimestre findo em 31 de março de 2019 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme segue:

Normas e Emendas a Normas	
Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015-2017
IFRS 16	Arrendamentos
IFRIC 23	Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de renda
Alterações na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com Compensação Negativa
Alterações no IAS 28	Participações de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures
Alterações na IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

A adoção dessas normas, alterações e interpretações não causou nenhum impacto significativo nas ITRs consolidadas no período inicial de adoção, exceto para os efeitos da IFRS 16, que causou um impacto significativo na posição financeira individual e consolidada no momento da sua adoção e prospectivamente.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Notas Explicativas

IFRS 16 - Arrendamentos

A IFRS 16 exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes de todos os arrendamentos (exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor) na demonstração da posição financeira.

A Companhia atua como arrendatária em um número significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como torres, e o respectivo terreno onde estão localizadas, circuitos, escritórios, lojas e imóveis comerciais, principalmente.

A Companhia concluiu o processo do impacto dessa nova norma em tais contratos. Esta análise incluiu uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no período não cancelável e os períodos cobertos por opções para estender o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Companhia e onde esse exercício é razoavelmente certo. Isso dependeu, em grande medida, dos fatos e circunstâncias específicos aplicáveis às principais classes de ativos no setor de telecomunicações (tecnologia, regulamentação, concorrência, modelo de negócios, entre outros). Além disso, a Companhia adotou premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o prazo estimado. Por outro lado, a Companhia considerou não reconhecer separadamente os componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento para as classes de ativos em que os componentes de não arrendamento não são relevantes em relação ao valor total do arrendamento.

A norma permite ainda dois métodos de transição: retrospectivamente para todos os períodos apresentados ou uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada. A Companhia optou pelo expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial da IFRS 16, mas para aplicar diretamente os novos requisitos a todos os contratos que, nos termos da norma atual, foram identificados como arrendamento. Além disso, certos expedientes práticos estão disponíveis na primeira aplicação em conexão com o direito de uso, mensuração de ativos, taxas de desconto, *impairment*, arrendamentos que terminam dentro dos doze meses subsequentes à data da adoção inicial, custos iniciais diretos e prazo do contrato de arrendamento.

Desta forma, a Companhia optou por adotar os seguintes expedientes práticos na transição para os novos critérios: (i) utilização de taxas de desconto comuns para grupos de contratos com características semelhantes em termos de prazo, ativo objeto do contrato, moeda e ambiente econômico; (ii) aplicação do expediente prático que permite não adotar os novos critérios para os contratos que expiram em 12 meses da data da adoção inicial; e (iii) exclusão dos custos diretos iniciais da valoração inicial do ativo por direito de uso na data da adoção inicial.

Com base no volume de contratos afetados, bem como na magnitude dos compromissos de arrendamentos futuros, a adoção da IFRS 16 pela Companhia causou um impacto significativo nas suas informações financeiras a partir da data da sua adoção (1º de janeiro de 2019), incluindo o reconhecimento no balanço dos ativos de direito de uso (nota 12) e suas correspondentes obrigações de arrendamento (nota 19) em conexão com a maioria dos contratos.

A seguir, apresentamos os efeitos gerados pela adoção inicial da IFRS 16, em 1º de janeiro de 2019:

	Consolidado
Valor nominal a pagar	9.999.696
Despesa financeira não realizada	<u>(1.381.624)</u>
Valor presente a pagar	<u>8.618.072</u>
Circulante	1.711.092
Não circulante	6.906.980
<u>Efeitos da adoção inicial:</u>	
Ativo imobilizado (nota 12)	8.618.072
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 19)	8.618.072

Notas Explicativas

Além disso, a amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituíram os valores reconhecidos como despesas operacionais de locação de acordo com a norma de arrendamento vigente anteriormente. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também foi afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento.

Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, a Companhia divulga na nota 32 a demonstração dos resultados consolidados do trimestre findo em 31 de março de 2019, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 16.

g) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das ITRs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento das ITRs e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas ITRs devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação destas ITRs, são as mesmas das notas explicativas: contas a receber (nota 4); imposto de renda e contribuição social (nota 7); imobilizado (nota 12); intangível (nota 13); provisões e contingências (nota 19); receita operacional líquida (nota 24); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 31), divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Caixa e contas bancárias	142.569	204.911	143.393	205.598
Aplicações financeiras	3.797.565	3.070.389	3.931.450	3.175.730
Total	3.940.134	3.275.300	4.074.843	3.381.328

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras.

4) CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Valores faturados	7.202.092	6.705.942	7.238.237	6.789.257
Valores a faturar	2.348.694	2.395.503	2.397.944	2.454.810
Valores de interconexão	791.945	835.887	791.945	835.887
Valores com partes relacionadas (nota 27)	121.196	219.637	125.491	148.814
Contas a receber, bruto	10.463.927	10.156.969	10.553.617	10.228.768
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.525.968)	(1.483.726)	(1.546.655)	(1.498.134)
Total	8.937.959	8.673.243	9.006.962	8.730.634
Circulante	8.477.585	8.246.991	8.546.588	8.304.382
Não circulante	460.374	426.252	460.374	426.252

Os saldos consolidados não circulantes das contas a receber incluem:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.03.19	31.12.18
Parcela da revenda de mercadorias PJ - 24 meses	191.012	180.065
Parcela a receber do Grupo OI - Recuperação judicial	118.878	119.365
Produto Soluciona TI (1)	303.145	293.531
Valor nominal a receber	613.035	592.961
Receita financeira não realizada	(66.291)	(84.060)
Valor presente a receber	546.744	508.901
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(86.370)	(82.649)
Valor líquido a receber	460.374	426.252

(1) O cronograma de vencimento destes montantes nominais a receber é de até cinco anos.

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
A vencer	6.665.900	6.435.875	6.730.803	6.485.154
Vencidas – 1 a 30 dias	1.066.075	1.087.363	1.074.927	1.096.639
Vencidas – 31 a 60 dias	354.199	304.864	357.525	305.019
Vencidas – 61 a 90 dias	266.450	201.197	262.010	200.401
Vencidas – 91 a 120 dias	241.434	223.730	242.034	220.221
Vencidas – mais de 120 dias	343.901	420.214	339.663	423.200
Total	8.937.959	8.673.243	9.006.962	8.730.634

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

A seguir, apresentamos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.17	(1.209.369)	(1.433.471)
Adoção inicial IFRS 9 em 01.01.18	(332.127)	(364.456)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 24)	(356.007)	(398.080)
Baixa pela utilização	526.976	541.352
Saldo em 31.03.18	(1.370.527)	(1.654.655)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões	(959.529)	(1.135.580)
Incorporação (nota 1 c)	(293.566)	-
Baixa pela utilização	1.139.896	1.292.101
Saldo em 31.12.18	(1.483.726)	(1.498.134)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 24)	(414.818)	(426.009)
Baixa pela utilização	372.576	377.488
Saldo em 31.03.19	(1.525.968)	(1.546.655)

A seguir, apresentamos a movimentação dos ativos contratuais, decorrentes da adoção da IFRS 15, para o trimestre findo em 31 de março de 2019:

Notas Explicativas

	Ativo contratual, bruto	Provisão para perdas	Ativo contratual, líquido
Saldos em 31.12.18	195.733	(33.708)	162.025
Altas	109.494	(1.653)	107.841
Baixas	(98.920)	-	(98.920)
Saldos em 31.03.19	206.307	(35.361)	170.946

5) ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Materiais para revenda (1)	510.775	413.843	510.775	413.843
Materiais para consumo	68.864	60.566	69.995	61.819
Outros estoques	7.300	30.013	7.300	30.013
Estoques, bruto	586.939	504.422	588.070	505.675
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência (2)	(43.604)	(43.622)	(43.604)	(43.622)
Total	543.335	460.800	544.466	462.053

(1) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

(2) Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 24).

6) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Taxa fistel (1)	587.807	-	587.807	-
Propaganda e publicidade	222.129	252.900	222.129	252.900
Seguros	13.298	24.790	13.337	24.867
Aluguéis	28.166	32.792	28.166	32.792
Manutenção de <i>software</i> e redes	60.633	17.472	60.647	17.485
Custos incrementais - IFRS 15	272.576	255.391	272.576	255.391
Encargos financeiros	34.837	43.853	34.837	43.853
Pessoal	32.988	33.679	33.388	33.970
Tributos e outras despesas antecipadas	66.519	54.593	66.600	54.717
Total	1.318.953	715.470	1.319.487	715.975
Circulante	1.178.705	581.261	1.179.221	581.743
Não circulante	140.248	134.209	140.266	134.232

(1) Refere-se a parcela remanescente dos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento, pagos em março de 2019, que serão amortizados para o resultado até o final do exercício de 2019.

7) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Imposto de renda	353.272	245.403	353.931	245.883
Contribuição social	29.595	28.624	29.718	28.706
Total	382.867	274.027	383.649	274.589

Notas Explicativas

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	31.03.19	31.12.18
Imposto de renda	6.901	8.756
Contribuição social	2.507	3.253
Total	9.408	12.009

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda (“IR”) e da contribuição social (“CS”) diferidos são apresentados a seguir:

	Controladora											
	Saldos em 31.12.17	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Efeitos da adoção da IFRS 9 e 15	Saldos em 31.03.18	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Incorporação (Nota 1 c)	Saldos em 31.12.18	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.19
Ativo (passivo) diferido												
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	588.750	128.129	-	-	716.879	556.605	-	-	1.273.484	244.372	-	1.517.856
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(1.298.075)	(361.339)	255	59.958	(1.599.201)	(1.831.494)	31.599	142.660	(3.256.436)	(541.052)	96	(3.797.392)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.255.087	31.908	-	-	2.286.995	(368.001)	-	7.688	1.926.682	(41.427)	-	1.885.255
Fornecedores e outras provisões	588.294	9.231	-	-	597.525	(118.327)	-	62.695	541.893	(8.301)	-	533.592
Carteira de clientes e marcas	254.418	(17.454)	-	-	236.964	(52.361)	-	-	184.603	(17.454)	-	167.149
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	411.187	(58.129)	-	112.923	465.981	(65.878)	-	37.576	437.679	11.192	-	448.871
Perdas estimadas de modems e outros ativos imobilizados	199.434	(320)	-	-	199.114	(23.012)	-	28	176.130	1.548	-	177.678
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	174.381	6.373	-	-	180.754	11.359	30.810	3.157	226.080	6.628	-	232.708
Participação nos resultados	100.643	(55.079)	-	-	45.564	74.447	-	8.744	128.755	(77.995)	-	50.760
Programa de fidelização	17.121	672	-	-	17.793	359	-	-	18.152	(18.069)	-	83
Depreciação acelerada contábil	8.260	679	-	-	8.939	(9.004)	-	452	387	(179)	-	208
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	11.120	(2.457)	-	-	8.663	471	-	137	9.271	(686)	-	8.585
Operações com derivativos	26.165	5.389	262	-	31.816	72.214	570	-	104.600	(914)	120	103.806
Licença	(1.636.886)	(54.082)	-	-	(1.690.968)	(162.246)	-	-	(1.853.214)	(54.082)	-	(1.907.296)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(3.598.172)	(215.877)	-	-	(3.814.049)	(786.891)	-	-	(4.600.940)	(250.692)	-	(4.851.632)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	-	-	-	-	-	(395.606)	-	-	(395.606)	(69.431)	-	(465.037)
Lei da Inovação tecnológica	(97.533)	9.352	-	-	(88.181)	38.054	-	-	(50.127)	6.576	-	(43.551)
Sobre outras diferenças temporárias (3)	(11.594)	(21.545)	(7)	(52.965)	(86.111)	(47.072)	219	22.183	(110.781)	(27.766)	(24)	(138.571)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(709.325)	(233.210)	255	59.958	(882.322)	(1.274.889)	31.599	142.660	(1.982.952)	(296.680)	96	(2.279.536)
Ativo fiscal diferido	4.916.768				5.081.812				5.339.788			5.427.176
Passivo fiscal diferido	(5.626.093)				(5.964.134)				(7.322.740)			(7.706.712)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(709.325)				(882.322)				(1.982.952)			(2.279.536)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:												
Ativo fiscal diferido	-				-				-			-
Passivo fiscal diferido	(709.325)				(882.322)				(1.982.952)			(2.279.536)

Notas Explicativas

	Consolidado											
	Saldos em 31.12.17	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Efeitos da adoção da IFRS 9 e 15	Saldos em 31.03.18	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.18	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.03.19	
Ativo (passivo) diferido												
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	793.933	123.511	-	-	917.444	511.032	-	1.428.476	233.799	-	1.662.275	
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(1.131.850)	(339.265)	255	70.012	(1.400.848)	(1.812.025)	31.542	(3.181.331)	(550.020)	96	(3.731.255)	
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	2.298.735	33.912	-	-	2.332.647	(366.947)	-	1.965.700	(39.152)	-	1.926.548	
Fornecedores e outras provisões	651.417	20.125	-	-	671.542	(99.808)	-	571.734	(22.326)	-	549.408	
Carteira de clientes e marcas	254.418	(17.454)	-	-	236.964	(52.361)	-	184.603	(17.454)	-	167.149	
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	434.960	(47.092)	-	122.977	510.845	(68.569)	-	442.276	13.399	-	455.675	
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	200.941	(607)	-	-	200.334	(24.204)	-	176.130	1.548	-	177.678	
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	174.534	9.205	-	-	183.739	11.729	30.753	226.221	6.641	-	232.862	
Participação nos resultados	110.046	(59.592)	-	-	50.454	79.235	-	129.689	(78.154)	-	51.535	
Programa de fidelização	17.121	672	-	-	17.793	359	-	18.152	(18.069)	-	83	
Depreciação acelerada contábil	8.260	679	-	-	8.939	(8.552)	-	387	(179)	-	208	
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	11.752	(2.740)	-	-	9.012	259	-	9.271	(686)	-	8.585	
Operações com derivativos	25.871	5.906	262	-	32.039	72.122	570	104.731	(1.282)	120	103.569	
Licença	(1.636.886)	(54.082)	-	-	(1.690.968)	(162.246)	-	(1.853.214)	(54.082)	-	(1.907.296)	
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(3.598.172)	(215.877)	-	-	(3.814.049)	(786.891)	-	(4.600.940)	(250.692)	-	(4.851.632)	
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	-	-	-	-	-	(395.606)	-	(395.606)	(69.431)	-	(465.037)	
Lei da Inovação tecnológica	(97.533)	9.352	-	-	(88.181)	38.054	-	(50.127)	6.576	-	(43.551)	
Sobre outras diferenças temporárias (3)	12.686	(21.672)	(7)	(52.965)	(61.958)	(48.599)	219	(110.338)	(26.677)	(24)	(137.039)	
Total do passivo diferido	(337.917)	(215.754)	255	70.012	(483.404)	(1.300.993)	31.542	(1.752.855)	(316.221)	96	(2.068.980)	
Ativo fiscal diferido	5.569.885				5.480.730			5.569.885			5.637.732	
Passivo fiscal diferido	(7.322.740)				(5.964.134)			(7.322.740)			(7.706.712)	
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	(1.752.855)				(483.404)			(1.752.855)			(2.068.980)	
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:												
Ativo fiscal diferido	230.097				398.918			230.097			210.556	
Passivo fiscal diferido	(709.325)				(882.322)			(1.982.952)			(2.279.536)	

- (1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.
- (2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes de outras diferenças temporárias, tais como: receitas diferidas, ônus de renovação de licenças, subsídio na venda de aparelhos celulares, entre outras.

Em 31 de março de 2019, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (Innoweb e TGLog) no montante de R\$13.331 (R\$12.649 em 31 de dezembro de 2018), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização dos mesmos.

d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2019	1º Trimestre de 2018	1º Trimestre de 2019	1º Trimestre de 2018
Lucro antes dos tributos	1.639.286	1.331.438	1.682.311	1.624.017
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(557.357)	(452.689)	(571.986)	(552.166)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos (nota 11)	29.716	193.096	(18)	192
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(8.627)	(9.583)	(8.637)	(10.841)
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	238.000	-	238.000	-
Outras (adições) exclusões	1.124	35.757	2.472	36.817
Débito tributário	(297.144)	(233.419)	(340.169)	(525.998)
Taxa efetiva	18,1%	17,5%	20,2%	32,4%
IR e CS corrente	(464)	(209)	(23.948)	(310.244)
IR e CS diferido	(296.680)	(233.210)	(316.221)	(215.754)

8) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
ICMS (1)	2.544.917	2.548.998	2.544.930	2.549.006
Impostos e contribuições retidos na fonte (2)	53.045	128.808	53.483	129.741
PIS e COFINS (3)	4.257.419	4.999.706	4.258.126	5.000.677
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	8.007	216.709	8.227	217.056
Total	6.863.388	7.894.221	6.864.766	7.896.480
Circulante	4.806.375	4.671.959	4.807.753	4.674.218
Não circulante	2.057.013	3.222.262	2.057.013	3.222.262

- (1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses; em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$500.086 e R\$509.920 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente.
- (2) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (3) Os saldos consolidados de PIS e COFINS em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, incluem os créditos fiscais atualizados monetariamente pela SELIC, nos montantes de R\$4.083.124 e R\$4.915.239, respectivamente, oriundos dos processos judiciais transitados em julgado em 17 de maio de 2018 e 28 de agosto de 2018, a favor da Companhia e controlada, que reconheceu o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 a junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013, respectivamente. Em 31 de março de 2019 os saldos circulante e não circulante eram de R\$2.845.185 e R\$1.237.939, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, os saldos circulante e não circulante eram de R\$2.520.990 e R\$2.394.249, respectivamente.

A Receita Federal do Brasil iniciou processo de fiscalização, nos termos da Lei 13.670/18, com o objetivo de homologar os créditos de PIS e COFINS resultado da disputa que tratou da exclusão do ICMS das bases destas contribuições. A Companhia tem envidado todos os esforços, inclusive medidas judiciais, para atender de forma tempestiva as solicitações deste procedimento fiscalizatório e assim continuar compensando seus referidos créditos tributários.

A Companhia possui outros três processos judiciais de mesma natureza em andamento (incluindo processos das sociedades que já foram incorporadas - GVT e Telemig), considerados como ativos contingentes, que abrangem diversos períodos entre dezembro de 2001 e junho de 2017, cujos intervalos de valores estimamos entre R\$1.700 milhões a R\$2.200 milhões.

9) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Depósitos judiciais				
Tributário	1.809.272	1.790.940	1.949.367	1.929.594
Trabalhista	492.810	512.635	501.859	522.201
Cível	1.125.010	1.163.530	1.126.420	1.164.835
Regulatório	261.613	208.447	261.613	208.447
Total	3.688.705	3.675.552	3.839.259	3.825.077
Bloqueios judiciais	70.661	84.134	71.451	84.937
Total	3.759.366	3.759.686	3.910.710	3.910.014
Circulante	302.261	312.820	302.490	313.007
Não circulante	3.457.105	3.446.866	3.608.220	3.597.007

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 dos depósitos judiciais tributários (segregados e sumarizados por tributo).

	Consolidado	
	31.03.19	31.12.18
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	45.130	44.771
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	557.296	551.937
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	507.136	503.246
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	280.636	278.685
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	249.847	239.220
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	137.607	141.759
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	55.867	55.425
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	39.953	39.672
Outros impostos, taxas e contribuições	75.895	74.879
Total	1.949.367	1.929.594

10) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Adiantamentos a empregados e fornecedores	124.127	81.046	127.050	83.094
Créditos com partes relacionadas (nota 27)	99.957	110.923	112.618	120.776
Crédito com fornecedores	105.273	114.175	105.273	114.175
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 29)	10.948	10.920	11.026	10.997
Outros valores a realizar	14.898	26.791	6.724	20.670
Total	355.203	343.855	362.691	349.712
Circulante	308.299	297.366	315.292	302.607
Não circulante	46.904	46.489	47.399	47.105

11) INVESTIMENTOS**a) Informações das Investidas**

As informações relativas às controladas e controladas em conjunto, são as mesmas da nota explicativa 11) Investimentos, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação e contemplam as alterações societárias descritas na nota 1 d.

	31.03.19				31.12.18			
	Controladas			Controladas em conjunto Aliança / AIX / ACT	Controladas			Controladas em conjunto Aliança / AIX / ACT
	Terra Networks	TGLog	POP Consolidada		Terra Networks	TGLog	POP Consolidada	
Participação no patrimônio líquido	100,00%	99,99%	100,00%	50,00%	100,00%	99,99%	100,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:								
Ativo circulante	404.057	39.520	59.505	212.994	327.150	42.809	53.875	213.481
Ativo não circulante	310.438	5.669	53.004	11.403	330.735	5.045	52.255	12.327
Total do ativo	714.495	45.189	112.509	224.397	657.885	47.854	106.130	225.808
Passivo circulante	191.516	24.236	9.909	8.209	220.428	26.915	50.302	7.103
Passivo não circulante	121.809	11.135	43.683	16.266	120.546	11.227	-	16.101
Patrimônio líquido	401.170	9.818	58.917	199.922	316.911	9.712	55.828	202.604
Total do passivo e patrimônio líquido	714.495	45.189	112.509	224.397	657.885	47.854	106.130	225.808
Valor contábil do investimento	401.170	9.818	58.917	99.961	316.911	9.712	55.828	101.302

	1º Trimestre de 2019				1º Trimestre de 2018			
	Controladas			Controladas em conjunto Aliança / AIX / ACT	Controladas		Controladas em conjunto Aliança / AIX / ACT	
	Terra Networks	TGLog	POP Consolidada		TData Consolidada	POP Consolidada		
Receita operacional líquida	205.373	14.415	7.224	11.371	1.719.333	7.812	11.492	
Custos e despesas operacionais	(80.151)	(14.100)	(3.141)	(11.615)	(885.551)	(3.995)	(10.786)	
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	434	(209)	633	206	22.525	(183)	263	
Imposto de renda e contribuição social	(41.397)	-	(1.627)	(70)	(291.114)	(1.464)	160	
Lucro líquido do período	84.259	106	3.089	(108)	565.193	2.170	1.129	
Valor da equivalência patrimonial	84.259	106	3.089	(54)	565.193	2.170	565	

b) Movimentação dos investimentos

	Controladas				Controladas em conjunto		Outros investimentos (2)	Total de investimentos na controladora	Eliminações	Total de investimentos no consolidado
	Terra Networks	TGLog	POP Consolidada	TData Consolidada	Aliança / AIX / ACT	Ágios (1)				
Saldos em 31.12.17	-	-	38.966	1.599.350	97.222	212.058	1.680	1.949.276	(1.850.374)	98.902
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	2.170	565.193	565	-	-	567.928	(567.363)	565
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(963.503)	-	-	-	(963.503)	963.503	-
Efeitos adoção da IFRS 9	-	-	(96)	(22.179)	-	-	-	(22.275)	22.275	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	2.680	-	20	2.700	-	2.700
Saldos em 31.03.18	-	-	41.040	1.178.861	100.467	212.058	1.700	1.534.126	(1.431.959)	102.167
Resultado de equivalência patrimonial	(1.195)	219	14.788	1.001.503	(6.412)	-	-	1.008.904	(1.015.315)	(6.412)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(51.785)	-	-	(300.000)	-	-	-	(351.785)	351.785	-
Incorporação (nota 1 c)	369.778	12.537	-	(1.880.374)	-	(212.058)	-	(1.710.117)	1.498.059	-
Transações de capital	-	-	-	10	-	-	-	10	(10)	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	-	-	(700)	(700)	-	(700)
Outros resultados abrangentes	113	(3.044)	-	-	7.247	-	(645)	3.671	2.931	6.602
Saldos em 31.12.18	316.911	9.712	55.828	-	101.302	-	355	484.108	(594.509)	101.657
Resultado de equivalência patrimonial	84.259	106	3.089	-	(54)	-	-	87.400	(87.454)	(54)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(1.287)	-	70	(1.217)	-	(1.217)
Saldos em 31.03.19	401.170	9.818	58.917	-	99.961	-	425	570.291	(681.963)	100.386

(1) Ágio oriundo da cisão parcial da Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006. Com a incorporação da TData (nota 1.c), este montante foi reclassificado para o grupo de Intangível.

(2) Os valores de outros investimentos estão avaliados pelo valor justo.

Notas Explicativas

12) IMOBILIZADO

a) Composição, movimentação e taxas de depreciação

	Controladora							Total
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
Taxa anual de depreciação (%)	2,50 a 92,31	6,67 a 66,67	2,50 a 92,31					
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.17	22.808.973	2.719.681	3.877.682	314.353	765.682	(227.862)	2.854.023	33.112.532
Adições	3.279	31.322	25.749	550	35.124	(2.220)	1.171.245	1.265.049
Baixas líquidas	(9.246)	(47)	(336)	-	(1.019)	11.575	(4.398)	(3.471)
Transferências líquidas	1.456.771	(273.303)	64.211	-	13.025	-	(1.265.636)	(4.932)
Depreciação (nota 24)	(800.887)	(349.263)	(136.740)	-	(74.434)	-	-	(1.361.324)
Saldo em 31.03.18	23.458.890	2.128.390	3.830.566	314.903	738.378	(218.507)	2.755.234	33.007.854
Adições	7.391	97.008	75.203	-	131.308	(6.755)	5.374.507	5.678.662
Baixas líquidas	(36.477)	(1.674)	(7.620)	(71)	(1.499)	68.453	(57.032)	(35.920)
Transferências líquidas	3.923.973	1.371.683	384.418	-	112.548	-	(5.973.925)	(181.303)
Incorporação (nota 1 c)	71	5.134	3.490	-	73.130	(83)	13.305	95.047
Depreciação	(2.685.639)	(1.029.522)	(519.073)	-	(220.967)	-	-	(4.455.201)
Saldo em 31.12.18	24.668.209	2.571.019	3.766.984	314.832	832.898	(156.892)	2.112.089	34.109.139
Adoção inicial da IFRS 16	91.836	-	8.525.095	-	-	-	-	8.616.931
Adições	-	19.494	67.152	-	36.511	(1.646)	1.312.026	1.433.537
Baixas líquidas	(1.769)	(56)	(5.203)	-	(377)	1.125	(3.624)	(9.904)
Transferências líquidas	893.628	269.953	217.171	-	46.367	-	(1.457.674)	(30.555)
Depreciação (nota 24)	(888.545)	(358.164)	(590.824)	-	(78.862)	-	-	(1.916.395)
Saldo em 31.03.19	24.763.359	2.502.246	11.980.375	314.832	836.537	(157.413)	1.962.817	42.202.753
Em 31.12.18								
Custo	79.002.076	18.032.770	16.131.867	314.832	4.874.741	(156.892)	2.112.089	120.311.483
Depreciação acumulada	(54.333.867)	(15.461.751)	(12.364.883)	-	(4.041.843)	-	-	(86.202.344)
Total	24.668.209	2.571.019	3.766.984	314.832	832.898	(156.892)	2.112.089	34.109.139
Em 31.03.19								
Custo	79.739.308	18.300.398	25.058.756	314.832	4.951.507	(157.413)	1.962.817	130.170.205
Depreciação acumulada	(54.975.949)	(15.798.152)	(13.078.381)	-	(4.114.970)	-	-	(87.967.452)
Total	24.763.359	2.502.246	11.980.375	314.832	836.537	(157.413)	1.962.817	42.202.753

Notas Explicativas

	Consolidado							Total
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	
Taxa anual de depreciação (%)	2,50 a 92,31	6,67 a 66,67	2,50 a 92,31		10,00 a 25,00			
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.17	22.809.109	2.724.332	3.885.297	314.353	830.452	(228.052)	2.886.825	33.222.316
Adições	3.279	31.322	25.749	550	60.044	(2.220)	1.150.247	1.268.971
Baixas líquidas	(9.244)	(47)	(336)	-	(1.019)	11.575	(4.398)	(3.469)
Transferências líquidas	1.456.771	(273.303)	64.211	-	13.035	-	(1.265.647)	(4.933)
Depreciação (nota 24)	(800.907)	(349.507)	(137.588)	-	(80.937)	-	-	(1.368.939)
Saldo em 31.03.18	23.459.008	2.132.797	3.837.333	314.903	821.575	(218.697)	2.767.027	33.113.946
Adições	7.391	98.318	76.049	-	143.997	(6.755)	5.376.827	5.695.827
Baixas líquidas	(36.475)	(1.674)	(8.125)	(71)	(1.907)	68.560	(57.032)	(36.724)
Transferências líquidas	3.923.973	1.371.683	385.158	-	111.737	-	(5.973.926)	(181.375)
Depreciação	(2.685.685)	(1.030.040)	(521.327)	-	(239.295)	-	-	(4.476.347)
Saldo em 31.12.18	24.668.212	2.571.084	3.769.088	314.832	836.107	(156.892)	2.112.896	34.115.327
Adoção inicial da IFRS 16	91.836	-	8.526.236	-	-	-	-	8.618.072
Adições	-	19.502	67.152	-	36.511	(1.646)	1.312.124	1.433.643
Baixas líquidas	(1.769)	(56)	(6.199)	-	(377)	1.125	(3.624)	(10.900)
Transferências líquidas	893.628	269.953	217.171	-	46.367	-	(1.457.982)	(30.863)
Depreciação (nota 24)	(888.546)	(358.168)	(591.107)	-	(79.161)	-	-	(1.916.982)
Saldo em 31.03.19	24.763.361	2.502.315	11.982.341	314.832	839.447	(157.413)	1.963.414	42.208.297
Em 31.12.18								
Custo	79.002.102	18.033.246	16.154.562	314.832	4.996.170	(156.892)	2.112.896	120.456.916
Depreciação acumulada	(54.333.890)	(15.462.162)	(12.385.474)	-	(4.160.063)	-	-	(86.341.589)
Total	24.668.212	2.571.084	3.769.088	314.832	836.107	(156.892)	2.112.896	34.115.327
Em 31.03.19								
Custo	79.739.334	18.300.882	25.080.299	314.832	5.072.931	(157.413)	1.963.414	130.314.279
Depreciação acumulada	(54.975.973)	(15.798.567)	(13.097.958)	-	(4.233.484)	-	-	(88.105.982)
Total	24.763.361	2.502.315	11.982.341	314.832	839.447	(157.413)	1.963.414	42.208.297

(1) A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

As taxas de depreciação apresentadas nos quadros anteriores foram atualizadas a partir de 1º de janeiro de 2019, devido a adoção da IFRS 16, gerando um acréscimo de R\$433.228 nos custos e despesas com depreciação no período de três meses findo em 31 de março de 2019. Para facilitar o entendimento, apresentamos a seguir um quadro comparativo destas taxas.

Descrição	Controladora / Consolidado	
	31.03.19	31.12.18
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50% a 92,31%	2,50% a 25,00%
Equipamentos terminais/modems	6,67% a 66,67%	6,67% a 66,67%
Infraestrutura	2,50% a 92,31%	2,50% a 66,67%
Outros ativos imobilizados	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%

b) Informações adicionais dos arrendamentos

A seguir, apresentamos a movimentação dos arrendamentos, após a adoção da IFRS 16, já contemplados nas tabelas de movimentação do imobilizado (nota 12.a).

Notas Explicativas

	Consolidado			Total
	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Outros ativos	
Taxa anual de depreciação (%)	5,00 a 92,31	3,13 a 92,31	20,00	
Saldos e movimentações:				
Saldo em 31.12.18 (1)	186.554	189.455	10.950	386.959
Adoção inicial da IFRS 16 em 01.01.19	91.836	8.526.236	-	8.618.072
Adições	248	48.905	-	49.153
Depreciação (IAS 17)	(3.385)	(9.119)	(1.933)	(14.437)
Depreciação (IFRS 16)	(1.013)	(432.215)	-	(433.228)
Saldo em 31.03.19	274.240	8.323.262	9.017	8.606.519

(1) Inclui os montantes de arrendamentos enquadrados pelo IAS 17 e provisão para desmantelamento.

c) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de março de 2019, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$82.613 (R\$94.641 em 31 de dezembro de 2018).

d) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis. Em 31 de março de 2019, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$8.440.814 (R\$8.621.863 em 31 de dezembro de 2018), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

Notas Explicativas

13) INTANGÍVEL

a) Composição, movimentação e taxas de amortização

	Controladora								Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Perdas estimadas para softwares	
	Ágio (1)	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento		
Taxa anual de amortização (%)		20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	6,67 a 20,00			
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.17	22.850.363	2.704.400	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.948	(499)	506.140	43.103.436
Adições	-	45.084	-	-	-	-	-	229.147	274.231
Transferências líquidas	-	117.555	-	-	-	2	-	(112.625)	4.932
Amortização (nota 24)	-	(238.660)	(137.398)	(21.051)	(230.020)	(1.237)	-	-	(628.366)
Saldo em 31.03.18	22.850.363	2.628.379	1.841.465	1.052.564	13.739.586	19.713	(499)	622.662	42.754.233
Adições	-	918.810	-	-	6.647	-	-	20.160	945.617
Baixas líquidas	-	(15)	-	-	-	-	-	-	(15)
Transferências líquidas	-	401.983	-	-	-	32.465	-	(253.145)	181.303
Incorporação (nota 1 c)	212.058	18.051	-	-	-	-	-	-	230.109
Amortização	-	(722.683)	(412.191)	(63.154)	(690.096)	(2.731)	-	-	(1.890.855)
Saldo em 31.12.18	23.062.421	3.244.525	1.429.274	989.410	13.056.137	49.447	(499)	389.677	42.220.392
Adições	-	69.497	-	-	-	-	-	239.828	309.325
Baixas líquidas	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(7)
Transferências líquidas	-	422.179	-	-	-	165	-	(391.789)	30.555
Amortização (nota 24)	-	(281.733)	(137.397)	(21.051)	(230.133)	(984)	-	-	(671.298)
Saldo em 31.03.19	23.062.421	3.454.461	1.291.877	968.359	12.826.004	48.628	(499)	237.716	41.888.967
Em 31.12.18									
Custo	23.062.421	16.498.947	4.513.278	1.658.897	20.244.219	270.659	(499)	389.677	66.637.599
Amortização acumulada	-	(13.254.422)	(3.084.004)	(669.487)	(7.188.082)	(221.212)	-	-	(24.417.207)
Total	23.062.421	3.244.525	1.429.274	989.410	13.056.137	49.447	(499)	389.677	42.220.392
Em 31.03.19									
Custo	23.062.421	16.990.589	4.513.278	1.658.897	20.244.219	270.813	(499)	237.716	66.977.434
Amortização acumulada	-	(13.536.128)	(3.221.401)	(690.538)	(7.418.215)	(222.185)	-	-	(25.088.467)
Total	23.062.421	3.454.461	1.291.877	968.359	12.826.004	48.628	(499)	237.716	41.888.967

Notas Explicativas

	Consolidado										
	Vida útil indefinida	Vida útil definida							Perdas estimadas para softwares	Softwares em andamento	Total
	Ágio (1)	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis					
Taxa anual de amortização (%)		20,00 a 50,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	6,67 a 20,00					
Saldos e movimentações:											
Saldo em 31.12.17	23.062.421	2.720.806	1.978.863	1.073.615	13.969.606	20.952	(499)	506.140	43.331.904		
Adições	-	47.054	-	-	-	-	-	229.147	276.201		
Transferências líquidas	-	117.558	-	-	-	-	-	(112.625)	4.933		
Amortização (nota 24)	-	(239.644)	(137.398)	(21.051)	(230.020)	(1.238)	-	-	(629.351)		
Saldo em 31.03.18	23.062.421	2.645.774	1.841.465	1.052.564	13.739.586	19.714	(499)	622.662	42.983.687		
Adições	-	923.118	-	-	6.647	-	-	20.160	949.925		
Baixas líquidas	-	(16)	-	-	-	-	-	-	(16)		
Transferências líquidas	-	401.981	-	-	-	32.539	-	(253.145)	181.375		
Amortização	-	(725.815)	(412.191)	(63.154)	(690.096)	(2.730)	-	-	(1.893.986)		
Saldo em 31.12.18	23.062.421	3.245.042	1.429.274	989.410	13.056.137	49.523	(499)	389.677	42.220.985		
Adições	-	69.497	-	-	-	-	-	240.029	309.526		
Baixas líquidas	-	(7)	-	-	-	-	-	-	(7)		
Transferências líquidas	-	422.179	-	-	-	165	-	(391.481)	30.863		
Amortização (nota 24)	-	(281.826)	(137.397)	(21.051)	(230.133)	(984)	-	-	(671.391)		
Saldo em 31.03.19	23.062.421	3.454.885	1.291.877	968.359	12.826.004	48.704	(499)	238.225	41.889.976		
Em 31.12.18											
Custo	23.062.421	16.604.769	4.513.278	1.658.897	20.244.219	270.741	(499)	389.677	66.743.503		
Amortização acumulada	-	(13.359.727)	(3.084.004)	(669.487)	(7.188.082)	(221.218)	-	-	(24.522.518)		
Total	23.062.421	3.245.042	1.429.274	989.410	13.056.137	49.523	(499)	389.677	42.220.985		
Em 31.03.19											
Custo	23.062.421	17.096.411	4.513.278	1.658.897	20.244.219	270.894	(499)	238.225	67.083.846		
Amortização acumulada	-	(13.641.526)	(3.221.401)	(690.538)	(7.418.215)	(222.190)	-	-	(25.193.870)		
Total	23.062.421	3.454.885	1.291.877	968.359	12.826.004	48.704	(499)	238.225	41.889.976		

- (1) As informações sobre os ágios dos quadros acima são as mesmas da nota explicativa 13.d) Ágios, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

14) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Salários e remunerações	23.682	33.803	25.370	34.767
Encargos e benefícios sociais	379.212	372.408	392.691	385.695
Participação de empregados nos resultados	113.159	262.270	114.611	265.433
Planos de remuneração baseados em ações (nota 28)	29.317	22.467	29.747	22.638
Outras indenizações	3.740	86.000	3.740	86.000
Total	549.110	776.948	566.159	794.533
Circulante	533.886	765.098	550.854	782.630
Não circulante	15.224	11.850	15.305	11.903

15) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)	6.202.570	6.752.721	6.255.372	6.790.882
Valores a repassar (operadoras, cobilling)	245.278	205.017	245.278	198.942
Interconexão / interligação	255.045	269.446	255.045	269.446
Partes relacionadas (nota 27)	572.641	518.949	353.515	383.512
Total	7.275.534	7.746.133	7.109.210	7.642.782

Notas Explicativas**16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
ICMS	936.284	1.051.536	980.609	1.094.769
PIS e COFINS	337.967	505.011	344.680	512.714
Fust e Funttel	88.216	89.794	88.216	89.794
ISS, CIDE e outros tributos	107.569	132.420	113.049	139.933
Total	1.470.036	1.778.761	1.526.554	1.837.210
Circulante	1.255.410	1.739.516	1.268.245	1.797.965
Não circulante	214.626	39.245	258.309	39.245

17) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**a) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber**

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha R\$51.785 a receber do Terra Networks.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar**b.1) Composição**

	Controladora / Consolidado	
	31.03.19	31.12.18
Telefônica Latinoamérica Holding	1.098.712	952.217
Telefônica	1.323.022	1.146.619
SP Telecomunicações Participações	834.071	722.862
Telefônica Chile	2.325	2.015
Acionistas não controladores	1.512.784	1.349.203
Total	4.770.914	4.172.916

b.2) Movimentação

	Controladora / Consolidado
Saldo em 31.12.18	4.172.916
JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	595.000
Pagamentos de dividendos e JSCP	(271)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	3.269
Saldo em 31.03.19	4.770.914

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

Notas Explicativas

18) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e da provisão para desmantelamento.

Controladora							
Provisões para demandas judiciais							
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
Saldos em 31.12.17	954.319	3.474.900	1.047.435	1.103.792	845.796	574.725	8.000.967
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25)	81.169	39.520	110.330	(4.061)	(17.455)	(1.001)	208.502
Outros ingressos (reversões) (1)	-	-	216	-	-	2.893	3.109
Baixas por pagamento	(133.887)	(19.683)	(135.281)	(357)	-	-	(289.208)
Atualização monetária	33.655	92.542	33.554	13.978	(16.640)	851	157.940
Saldos em 31.03.18	935.256	3.587.279	1.056.254	1.113.352	811.701	577.468	8.081.310
Ingressos (reversões), líquidos	227.864	412.964	281.836	(37.776)	(9.890)	1.001	875.999
Outros ingressos (reversões) (1)	(104.505)	(2.442.943)	(12.862)	-	-	13.033	(2.547.277)
Baixas por pagamento	(396.144)	(31.693)	(460.582)	(117.242)	-	-	(1.005.661)
Incorporação (nota 1 c)	-	22.611	-	-	-	4.755	27.366
Atualização monetária	84.281	319.311	131.094	63.882	25.464	76.364	700.396
Saldos em 31.12.18	746.752	1.867.529	995.740	1.022.216	827.275	672.621	6.132.133
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25)	40.220	220	101.869	14.490	(72)	(18.822)	137.905
Outros ingressos (reversões) (1)	-	-	819	-	-	2.619	3.438
Baixas por pagamento	(106.457)	(7.085)	(136.872)	(765)	-	-	(251.179)
Atualização monetária	20.420	16.666	37.004	17.300	7.128	12.599	111.117
Saldos em 31.03.19	700.935	1.877.330	998.560	1.053.241	834.331	669.017	6.133.414
Em 31.12.18							
Circulante	245.804	-	132.122	-	-	-	377.926
Não circulante	500.948	1.867.529	863.618	1.022.216	827.275	672.621	5.754.207
Em 31.03.19							
Circulante	253.924	-	125.472	1.449	-	-	380.845
Não circulante	447.011	1.877.330	873.088	1.051.792	834.331	669.017	5.752.569

Notas Explicativas

Consolidado							
Provisões para demandas judiciais							
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)	Provisão para desmantelamento	Total
Saldos em 31.12.17	980.596	3.579.208	1.055.877	1.103.792	845.796	579.481	8.144.750
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25)	84.377	39.666	110.913	(4.061)	(17.455)	(1.001)	212.439
Outros ingressos (reversões) (1)	(330)	-	332	-	-	2.893	2.895
Baixas por pagamento	(137.538)	(20.115)	(135.656)	(357)	-	-	(293.666)
Atualização monetária	34.864	93.305	33.801	13.978	(16.640)	851	160.159
Saldos em 31.03.18	961.969	3.692.064	1.065.267	1.113.352	811.701	582.224	8.226.577
Ingressos (reversões), líquidos	234.679	413.080	284.718	(37.776)	(9.890)	1.001	885.812
Outros ingressos (reversões) (1)	(99.042)	(2.443.047)	(14.451)	-	-	13.859	(2.542.681)
Baixas por pagamento	(404.211)	(31.809)	(462.638)	(117.242)	-	-	(1.015.900)
Atualização monetária	86.291	321.609	131.907	63.882	25.464	76.364	705.517
Saldos em 31.12.18	779.686	1.951.897	1.004.803	1.022.216	827.275	673.448	6.259.325
Ingressos (reversões), líquidos (nota 25)	40.797	116	102.160	14.490	(72)	(18.822)	138.669
Outros ingressos (reversões) (1)	936	-	580	-	-	2.619	4.135
Baixas por pagamento	(107.632)	(6.981)	(137.279)	(765)	-	-	(252.657)
Atualização monetária	21.727	17.232	37.343	17.300	7.128	12.599	113.329
Saldos em 31.03.19	735.514	1.962.264	1.007.607	1.053.241	834.331	669.844	6.262.801
Em 31.12.18							
Circulante	245.805	-	132.124	-	-	-	377.929
Não circulante	533.881	1.951.897	872.679	1.022.216	827.275	673.448	5.881.396
Em 31.03.19							
Circulante	255.576	-	125.507	1.449	-	-	382.532
Não circulante	479.938	1.962.264	882.100	1.051.792	834.331	669.844	5.880.269

(1) Refere-se aos valores de ingressos e baixas realizados em contrapartida a depósitos judiciais (nota 9).

a) Provisões e contingências trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>31.03.19</u>	<u>31.12.18</u>	<u>31.03.19</u>	<u>31.12.18</u>
Provisões prováveis	700.935	746.752	735.514	779.686
Contingências possíveis	149.167	152.297	185.363	191.398

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da Companhia. Em agosto de 2018, a maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgaram pela legalidade da terceirização irrestrita, inclusive da atividade fim, resguardada a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço. Contudo, aguarda-se a publicação da referida decisão e possíveis embargos de declaração para aclarar acerca da abrangência da referida decisão, inclusive para os casos já transitados em julgado, oportunidade em que será avaliada a aplicação da referida decisão em cada um dos processos em que se discute o tema. Diante de tais considerações, ainda não há condições de estimar valores ou eventuais prejuízos para a Companhia.

Notas Explicativas

b) Provisões e contingências tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Provisões prováveis	1.877.330	1.867.529	1.962.264	1.951.897
Federais	441.532	442.575	526.466	526.943
Estaduais	915.136	909.547	915.136	909.547
Municipais	33.725	33.607	33.725	33.607
FUST	486.937	481.800	486.937	481.800
Contingências possíveis	35.998.618	35.257.515	36.859.927	36.103.128
Federais	11.829.101	11.743.016	12.124.230	12.025.529
Estaduais	15.830.544	15.736.730	16.391.542	16.294.685
Municipais	639.881	632.569	645.038	637.690
FUST, FUNTTEL e FISTEL	7.699.092	7.145.200	7.699.117	7.145.224

b.1) Provisões tributárias prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; e (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas a ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; e (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, relativas à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

b.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Notas Explicativas

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”; (b) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (c) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (d) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) IRPJ e CSLL sobre (a) glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; e (b) glosa das despesas relacionadas ao ágio da reestruturação societária da Terra Networks e da Vivo S.A. e do ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree, TDBH, VivoPart. e GVTPart.; (v) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (vi) PIS e COFINS sobre (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (vii) IRPJ - FINOR, FINAN ou FUNRES; (viii) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (ix) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo); (x) IOF, exigência relativa as operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (xi) glosa de despesas operacionais supostamente não dedutíveis e relacionadas às perdas estimadas para o valor recuperável das contas a receber.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de créditos extemporâneos; (iv) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (v) *co-billing*; (vi) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (viii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (ix) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (x) cobrança diferida referente a interconexão (Detraf); (xi) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xii) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xiii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiv) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xv) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xvi) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvii) multa Detraf; (xviii) consumo próprio; (xix) isenção de órgãos públicos; (xx) valores dados a título de descontos; (xxi) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxii) serviços de publicidade; (xxiii) serviços não medidos; e (xxiv) assinatura mensal, que se encontra no STF com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; (h) serviços prestados por terceiros; e (i) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Latino America Holding; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

Notas Explicativas

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de março de 2019, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$4.472.931 (R\$3.701.208 em 31 de dezembro de 2018).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de março de 2019, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$643.397 (R\$618.473 em 31 de dezembro de 2018).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de março de 2019, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.582.789 (R\$2.825.543 em 31 de dezembro de 2018).

c) Provisões e contingências cíveis

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>31.03.19</u>	<u>31.12.18</u>	<u>31.03.19</u>	<u>31.12.18</u>
Provisões prováveis	998.560	995.740	1.007.607	1.004.803
Contingências possíveis	3.401.815	3.480.441	3.415.207	3.493.655

c.1) Provisões cíveis prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de março de 2019 o montante consolidado provisionado era de R\$346.105 (R\$334.877 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de março de 2019 o montante consolidado provisionado era de R\$326.873 (R\$353.850 em 31 de dezembro de 2018).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2019, o montante consolidado provisionado era de R\$334.629 (R\$316.076 em 31 de dezembro de 2018).

c.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (“ASTEL”) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (“PAMA”) e em síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.
- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de março de 2019, o montante consolidado era de R\$3.391.089 (R\$3.466.522 em 31 de dezembro de 2018).
- A Terra Networks é parte em: (i) ação movida por fornecedor referente a transmissão de eventos; (ii) multa do PROCON (ação anulatória); (iii) ação indenizatória relativa ao uso de conteúdo; (iv) ação ECAD relativa a cobrança de direitos autorais; e (v) ações reclamatórias movidas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor indevido e descumprimento contratual. Em 31 de março de 2019 o montante era de R\$13.103 (R\$12.926 em 31 de dezembro de 2018).
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor (“SAC”). Atualmente temos algumas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de março de 2019 o montante era de R\$11.015 (R\$14.207 em 31 de dezembro de 2018).
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Notas Explicativas

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstinhasse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. Interpusemos Recurso Especial contra o referido acórdão para que seja reconhecida a ilegitimidade ativa da Lune e determinada a extinção do processo, sendo que, tal recurso aguarda julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”). Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL.

d) Provisões e contingências regulatórias

<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>Valores envolvidos</u>	
	<u>Controladora /</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31.03.19</u>	<u>31.12.18</u>
Provisões prováveis	1.053.241	1.022.216
Contingências possíveis	6.455.459	6.119.136

d.1) Provisões regulatórias prováveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

d.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de março de 2019, o montante consolidado era de R\$6.455.459 (R\$6.119.136 em 31 de dezembro de 2018).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre parte de suas receitas em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Notas Explicativas

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão e outras receitas operacionais não devem integrar a base de cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

- A Companhia propôs em maio de 2018, ação judicial, para anular decisão final da ANATEL, de março desse ano, nos autos do Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (“PADO”) por supostas infrações ao regulamento de telefonia fixa.

Este PADO ficou suspenso durante anos em razão das negociações do Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”), entre Companhia e a ANATEL. Ao encerrar as negociações sem acordo, esse processo administrativo sancionador foi reativado e finalizado.

Na decisão de março de 2018, a ANATEL entendeu que a Companhia havia cometido várias infrações, em especial, as relativas aos prazos de comunicação de suspensão do serviço dos usuários inadimplentes e aos prazos de restabelecimentos dos serviços após comunicação de pagamento.

Em 31 de março de 2019, o valor da multa aplicada pela ANATEL e objeto dessa ação judicial é de cerca de R\$211 milhões, que acrescido dos juros e correção alcança aproximadamente R\$488 milhões. Em 31 de dezembro de 2018 estes montantes eram de R\$211 milhões e R\$482 milhões, respectivamente.

A Companhia entende que a multa aplicada é ilegal e indevida com base, fundamentalmente, nos seguintes argumentos de defesa: (i) o equívoco da ANATEL ao determinar o universo de usuários considerado na multa (número de usuários afetados é menor do que o considerado pela ANATEL) e; (ii) o cálculo de sanção de multa é desproporcional e sem embasamento.

A multa não foi paga, porém, há seguro garantia apresentado em juízo do valor integral.

A ação está em primeira instância e neste momento está aguardando data para audiência de conciliação.

e) Garantias

A Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível, trabalhista e regulatória, como segue:

	Consolidado					
	31.03.19			31.12.18		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	82.613	3.910.710	2.917.880	94.641	3.910.014	2.301.210
Total	82.613	3.910.710	2.917.880	94.641	3.910.014	2.301.210

Em 31 de março de 2019, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e suas controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$60.508 (R\$64.461 em 31 de dezembro de 2018).

19) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

Em 31 de março de 2019, as condições contratuais dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, são as mesmas da nota explicativa 20) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, exceto pelos efeitos da adoção inicial da IFRS 16 (nota 2.f).

Notas Explicativas

Consolidado										
Informações em 31 de março de 2019					31.03.19			31.12.18		
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Garantias		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda local					2.937.169	11.201.346	14.138.515	1.367.551	4.675.271	6.042.822
Instituições financeiras (a)					571.113	716.279	1.287.392	666.213	819.742	1.485.955
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 4,08%	jul-19	(1)	122.129	-	122.129	214.012	-	214.012
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,38%	ago-20	(3)	184.481	76.399	260.880	184.200	122.011	306.211
BNDES FINEM	R\$	5,00%	nov-19	(3)	9.747	-	9.747	13.403	-	13.403
BNDES FINEM	URTJLP	TJLP+ 0 a 3,12%	jan-23	(3)	103.653	285.021	388.674	103.486	316.269	419.755
BNDES FINEM	R\$	4,00% a 6,00%	jan-23	(3)	37.818	85.122	122.940	37.837	94.516	132.353
BNDES FINEM	R\$	Selic Acum. D-2 + 2,32%	jan-23	(3)	81.236	229.369	310.605	80.014	245.887	325.901
BNDES PSI	R\$	2,5% a 5,5%	jan-23	(2)	17.023	4.303	21.326	18.207	1.263	19.470
BNB	R\$	7,06% a 10%	ago-22	(4)	15.026	36.065	51.091	15.054	39.796	54.850
Fornecedores (b)	R\$	110,7% a 118,7% do CDI	abr-20		536.495	7.688	544.183	524.244	-	524.244
Debêntures (c)					106.230	3.050.697	3.156.927	123.961	3.049.949	3.173.910
4ª emissão – Série 3	R\$	IPCA+4,00%	out-19	(5)	41.807	-	41.807	41.121	-	41.121
1ª emissão – Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	jul-21	(5)	26.449	52.897	79.346	26.250	52.499	78.749
5ª emissão	R\$	108,25% do CDI	fev-22	(5)	16.558	1.997.971	2.014.529	51.233	1.997.694	2.048.927
6ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,24%	nov-20	(5)	21.416	999.829	1.021.245	5.357	999.756	1.005.113
Arrendamentos (d)	R\$	4,86%			1.723.331	6.956.273	8.679.604	53.133	339.894	393.027
Contraprestação contingente (e)	R\$	Selic			-	470.409	470.409	-	465.686	465.686
Moeda estrangeira					55.551	-	55.551	96.615	-	96.615
Instituições financeiras (a)					55.551	-	55.551	96.615	-	96.615
BNDES FINEM	UMBND	ECM + 2,38%	jul-19	(1)	55.551	-	55.551	96.615	-	96.615
Total					2.992.720	11.201.346	14.194.066	1.464.166	4.675.271	6.139.437

Garantias

- (1) Garantia em recebíveis correspondente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
- (2) Alienação dos ativos financiados.
- (3) Cessão de recebíveis correspondente a 20% do saldo devedor ou 1 vez a última prestação do subcrédito "A" (UMIPCA) acrescida de 5 vezes a última prestação de cada um dos demais subcréditos, o que for superior.
- (4) Fiança bancária equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento e constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Em 31 de março de 2019, o saldo deste fundo de liquidez era de R\$12.662 (R\$12.473 em 31 de dezembro de 2018).
- (5) Quirografia

a) Empréstimos e financiamentos – instituições financeiras

Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20 / CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 31 de março de 2019 de R\$19.685 (R\$21.620 em 31 de dezembro de 2018), nota 20.

b) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 110,7% a 118,7% do CDI (107,9% a 115,9% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

c) Debêntures

Os custos de transação associados a 4ª, 5ª e 6ª emissões, cujo montante em 31 de março de 2019 era de R\$3.601 (R\$3.951 em 31 de dezembro de 2018), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Notas Explicativas

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback*; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

A seguir, apresentamos os saldos dos valores de arrendamentos a pagar, incluindo os efeitos da adoção da IFRS 16 (nota 2.f):

	Consolidado	
	31.03.19	31.12.18
Valor nominal a pagar	10.429.605	766.215
Despesa financeira não realizada	(1.750.001)	(373.188)
Valor presente a pagar	8.679.604	393.027
Circulante	1.723.331	53.133
Não circulante	6.956.273	339.894

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de março de 2019, segregados em valores nominais e a valor presente:

	Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
1 a 12 meses	2.088.196	1.723.331
13 a 24 meses	1.894.440	1.562.834
25 a 36 meses	1.706.503	1.415.169
37 a 48 meses	1.366.316	1.141.720
49 a 60 meses	1.103.348	936.413
A partir de 61 meses	2.270.802	1.900.137
Total	10.429.605	8.679.604

A taxa média ponderada dos contratos de arrendamentos em 31 de março de 2019 é de 4,86%, com prazo médio de vencimento de 6,5 anos.

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

e) Contraprestação contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart., foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Caso ocorra êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos e este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

Notas Explicativas

f) Cronograma de pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente em 31 de março de 2019 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	Financiamentos - fornecedores	Debêntures	Arrendamentos	Contraprestação contingente	
13 a 24 meses	253.509	7.688	1.026.449	1.562.834	-	2.850.480
25 a 36 meses	233.212	-	1.025.434	1.415.169	-	2.673.815
37 a 48 meses	211.396	-	998.814	1.141.720	-	2.351.930
49 a 60 meses	18.162	-	-	936.413	-	954.575
A partir de 61 meses	-	-	-	1.900.137	470.409	2.370.546
Total	716.279	7.688	3.050.697	6.956.273	470.409	11.201.346

g) Cláusulas restritivas

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

h) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente.

	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Financiamentos - Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.17	2.502.346	4.520.739	385.460	607.152	446.144	8.461.841
Ingressos	-	-	6.100	126.411	-	132.511
Subvenção governamental (nota 20)	(40)	-	-	-	-	(40)
Encargos financeiros (nota 26)	48.299	81.118	14.521	8.377	4.940	157.255
Custos de emissão	-	421	-	-	-	421
Variação cambial (nota 26)	270	-	-	-	-	270
Baixas (pagamentos)	(279.415)	(82.124)	(14.942)	(346.620)	-	(723.101)
Saldo em 31.03.18	2.271.460	4.520.154	391.139	395.320	451.084	8.029.157
Ingressos	-	-	12.572	379.986	-	392.558
Encargos financeiros	121.472	161.297	30.980	24.792	14.602	353.143
Custos de emissão	-	1.050	-	-	-	1.050
Variação cambial	28.578	-	-	-	-	28.578
Baixas (pagamentos)	(838.940)	(1.508.591)	(41.664)	(275.854)	-	(2.665.049)
Saldo em 31.12.18	1.582.570	3.173.910	393.027	524.244	465.686	6.139.437
Adoção inicial da IFRS 16 em 01.01.19 (nota 2 f)	-	-	8.618.072	-	-	8.618.072
Ingressos	-	-	49.153	146.558	-	195.711
Encargos financeiros (nota 26)	31.265	50.929	99.157	8.827	4.723	194.901
Custos de emissão	-	350	-	-	-	350
Variação cambial (nota 26)	(723)	-	-	-	-	(723)
Baixas (pagamentos)	(270.169)	(68.262)	(479.805)	(135.446)	-	(953.682)
Saldo em 31.03.19	1.342.943	3.156.927	8.679.604	544.183	470.409	14.194.066

Notas Explicativas

i) Captações e pagamentos

A seguir, apresentamos um resumo dos pagamentos ocorridos durante o trimestre findo em 31 de março de 2019.

	Consolidado			
	Ingressos	Principal	Encargos	Total
Empréstimos e financiamentos	-	(245.558)	(24.611)	(270.169)
BNDES	-	(241.827)	(23.726)	(265.553)
BNB	-	(3.731)	(885)	(4.616)
Debêntures	-	-	(68.262)	(68.262)
5ª emissão	-	-	(68.262)	(68.262)
Fornecedores	146.558	(126.420)	(9.026)	(135.446)
Arrendamentos (1)	8.667.225	(381.015)	(98.790)	(479.805)
Total	8.813.783	(752.993)	(200.689)	(953.682)

(1) Os ingressos incluem o montante da adoção inicial da IFRS 16 (nota 2.f).

20) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora / Consolidado	
	31.03.19	31.12.18
Alienação de ativos imobilizados (1)	55.074	89.835
Subvenções governamentais (2)	89.619	94.335
Passivos contratuais - IFRS 15 (3)	517.677	532.207
Outras (4)	60.185	59.658
Total	722.555	776.035
Circulante	499.651	525.509
Não circulante	222.904	250.526

(1) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

(2) Refere-se aos valores de: (i) subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; (ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.

(3) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais decorrente da adoção da IFRS 15.

(4) Inclui os saldos do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (IFRS 15), principalmente relativos à venda de créditos de pré-pagos para o trimestre findo em 31 de março de 2019:

Saldos em 31.12.18	532.207
Altas	1.804.497
Baixas	(1.819.027)
Saldos em 31.03.19	517.677
Circulante	478.583
Não circulante	39.094

Notas Explicativas

21) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Obrigações com a ANATEL (1)	355.377	346.950	355.377	346.950
Obrigações com partes relacionadas (nota 27)	22.805	25.198	29.716	31.716
Retenções de terceiros (2)	125.617	117.615	128.697	120.711
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 29)	689.759	674.948	694.419	679.478
Valores a restituir a assinantes	48.387	56.941	48.387	56.897
Outras obrigações	59.608	61.279	59.909	61.957
Total	1.301.553	1.282.931	1.316.505	1.297.709
Circulante	351.003	357.535	361.892	368.376
Não circulante	950.550	925.396	954.613	929.333

(1) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.

(2) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias ou preferenciais. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV) estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%
Telefônica Latinoamérica Holding	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.131.868	37,09%	444.452.657	26,28%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	983	0,00%	2.291.147	0,14%
Total de ações emitidas	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%
Ações em tesouraria	(2.290.164)		(983)		(2.291.147)	
Total de ações em circulação	569.354.053		1.119.339.723		1.688.693.776	

Notas Explicativas

b) Reservas de capital

As informações das reservas de capital são as mesmas da nota explicativa 23) Patrimônio Líquido, item b, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

c) Reservas de lucro

As informações das reservas de capital são as mesmas da nota explicativa 23) Patrimônio Líquido, item c, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

d) Juros sobre o capital próprio intermediários de 2019

Em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2020, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2019, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R\$700.000, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$595.000, apurados com base no balanço patrimonial do período.

O pagamento destes proventos será realizado até o final do exercício social de 2020, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 28 de fevereiro de 2019. A Companhia esclarece que o pagamento efetivo destes proventos está limitado ao resultado efetivo a ser apurado em suas demonstrações financeiras, nos termos da lei.

e) Outros resultados abrangentes acumulados

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos:

	Consolidado			Total
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	
Saldos em 31.12.17	(8.658)	1.954	28.032	21.328
Ganhos com conversão	-	-	2.680	2.680
Perdas com contratos futuros	-	(509)	-	(509)
Ganhos com ativos financeiros	13	-	-	13
Saldos em 31.03.18	(8.645)	1.445	30.712	23.512
Ganhos com conversão	-	-	7.247	7.247
Perdas com contratos futuros	-	(1.109)	-	(1.109)
Perdas com ativos financeiros	(425)	-	-	(425)
Saldos em 31.12.18	(9.070)	336	37.959	29.225
Perdas com conversão	-	-	(1.287)	(1.287)
Perdas com contratos futuros	-	(232)	-	(232)
Ganhos com ativos financeiros	46	-	-	46
Saldos em 31.03.19	(9.024)	104	36.672	27.752

Notas Explicativas

f) Programa de recompra de ações da Companhia

Em 7 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou programas de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tiveram como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa e otimizar a alocação de capital da Companhia.

A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2018.

Este programa terá vigência até 6 de junho de 2020, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares. As quantidades máximas autorizadas para aquisição serão de 583.422 ações ordinárias e 37.736.465 ações preferenciais.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2019 não ocorreram aquisições de ações dentro do programa de recompra de ações da Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.

g) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018:

	Controladora	
	1º Trimestre de 2019	1º Trimestre de 2018
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas detentores de ações:	1.342.142	1.098.019
Ordinárias	424.382	347.191
Preferenciais	917.760	750.828
Quantidade de ações, em milhares:	1.688.694	1.688.694
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o período	569.354	569.354
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o período	1.119.340	1.119.340
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias (R\$)	0,75	0,61
Ações preferenciais (R\$)	0,82	0,67

Notas Explicativas

23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2019	1º Trimestre de 2018	1º Trimestre de 2019	1º Trimestre de 2018
Receita operacional bruta	16.442.220	14.472.602	16.683.417	16.334.390
Serviços (1)	15.103.706	13.545.736	15.344.960	15.336.408
Mercadorias (2)	1.338.514	926.866	1.338.457	997.982
Deduções da receita operacional bruta	(5.678.867)	(5.329.802)	(5.708.681)	(5.545.429)
Tributos	(3.448.704)	(3.549.776)	(3.478.481)	(3.762.895)
Serviços	(3.175.385)	(3.379.227)	(3.205.162)	(3.582.621)
Mercadorias	(273.319)	(170.549)	(273.319)	(180.274)
Descontos concedidos e devoluções	(2.230.163)	(1.780.026)	(2.230.200)	(1.782.534)
Serviços	(1.852.563)	(1.409.606)	(1.852.600)	(1.412.114)
Mercadorias	(377.600)	(370.420)	(377.600)	(370.420)
Receita operacional líquida	10.763.353	9.142.800	10.974.736	10.788.961
Serviços	10.075.758	8.756.903	10.287.198	10.341.673
Mercadorias	687.595	385.897	687.538	447.288

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards* acessórios e equipamentos do Produto Soluções TI.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

24) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	1º Trimestre de 2019				1º Trimestre de 2018			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(178.266)	(637.876)	(72.633)	(888.775)	(183.483)	(552.505)	(86.303)	(822.291)
Serviços de terceiros	(1.672.168)	(1.717.080)	(272.785)	(3.662.033)	(1.454.814)	(1.681.982)	(288.499)	(3.425.295)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(347.046)	(25.217)	(14.529)	(386.792)	(691.911)	(36.606)	(44.978)	(773.495)
Impostos, taxas e contribuições	(405.205)	(11.015)	(9.859)	(426.079)	(406.222)	(8.261)	(9.872)	(424.355)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(414.818)	-	(414.818)	-	(356.007)	-	(356.007)
Depreciação e amortização	(2.050.585)	(368.151)	(168.957)	(2.587.693)	(1.536.878)	(334.147)	(118.665)	(1.989.690)
Custo das mercadorias vendidas	(754.204)	-	-	(754.204)	(434.544)	-	-	(434.544)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(8.004)	(29.857)	(7.560)	(45.421)	(17.885)	(46.191)	(2.758)	(66.834)
Total	(5.415.478)	(3.204.014)	(546.323)	(9.165.815)	(4.725.737)	(3.015.699)	(551.075)	(8.292.511)

Notas Explicativas

	Consolidado							
	1º Trimestre de 2019				1º Trimestre de 2018			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(185.524)	(643.648)	(74.465)	(903.637)	(216.729)	(636.877)	(105.649)	(959.255)
Serviços de terceiros	(1.684.472)	(1.723.757)	(273.819)	(3.682.048)	(1.653.147)	(1.735.791)	(302.688)	(3.691.626)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(347.353)	(25.218)	(14.631)	(387.202)	(691.113)	(36.820)	(54.830)	(782.763)
Impostos, taxas e contribuições	(409.031)	(11.016)	(9.966)	(430.013)	(413.712)	(8.283)	(9.978)	(431.973)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(426.009)	-	(426.009)	-	(398.080)	-	(398.080)
Depreciação e amortização (1)	(2.050.803)	(368.462)	(169.108)	(2.588.373)	(1.543.039)	(334.157)	(121.094)	(1.998.290)
Custo das mercadorias vendidas	(754.204)	-	-	(754.204)	(484.359)	-	-	(484.359)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(8.620)	(29.862)	(7.745)	(46.227)	(18.831)	(48.694)	(6.577)	(74.102)
Total	(5.440.007)	(3.227.972)	(549.734)	(9.217.713)	(5.020.930)	(3.198.702)	(600.816)	(8.820.448)

(1) Inclui os montantes consolidados de R\$447.665 e R\$7.168 para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2019	1º Trimestre de 2018	1º Trimestre de 2019	1º Trimestre de 2018
Multas e despesas recuperadas	139.434	79.037	140.809	88.644
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 18)	(156.727)	(209.503)	(157.491)	(213.440)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	40.560	587	39.565	789
Outras receitas (despesas) operacionais	21.596	238.169	(7.885)	(48.328)
Total	44.863	108.290	14.998	(172.335)
Outras receitas operacionais	201.590	317.793	180.374	89.433
Outras despesas operacionais	(156.727)	(209.503)	(165.376)	(261.768)
Total	44.863	108.290	14.998	(172.335)

26) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	1º Trimestre de 2019	1º Trimestre de 2018	1º Trimestre de 2019	1º Trimestre de 2018
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	53.668	58.128	55.297	71.967
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	71.491	26.205	72.007	30.184
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	95.456	55.613	96.071	56.579
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	3.930	9.347	3.930	9.347
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	63.234	81.134	65.224	83.321
Outras receitas financeiras	30.608	19.803	30.616	27.598
Total	318.387	250.230	323.145	278.996
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 19) (1)	(194.882)	(157.255)	(194.901)	(157.255)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	(3.207)	(9.616)	(3.207)	(9.617)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	(76.515)	(48.073)	(76.752)	(48.839)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(3.044)	(29.108)	(3.390)	(29.875)
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	(123.982)	(166.969)	(126.902)	(170.539)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(7.272)	(34.278)	(7.649)	(35.597)
Total	(408.902)	(445.299)	(412.801)	(451.722)
Resultado financeiro, líquido	(90.515)	(195.069)	(89.656)	(172.726)

(1) Inclui os montantes consolidados de R\$99.157 e R\$14.521 para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente, referente à encargos de arrendamentos.

Notas Explicativas

27) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefónica;
- b) Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- c) Aluguel, manutenção de equipamento de segurança e serviços de construção civil, prestados pela Telefónica Inteligência e Segurança Brasil;
- d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares*, incluindo a manutenção e suporte prestados pela Telefónica Global Technology;
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telxius Cable Brasil, Telefónica International Wholesale Services e Telefónica USA, Media Net Br;
- g) Operações com empresas do Grupo Telefónica, referentes a compra de conteúdo de *internet*, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência;
- h) Serviços de *marketing* prestados pelas empresas do Grupo Telefónica;
- i) Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas, prestados pela Telefonica de Espanha;
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services e Telefónica USA;
- k) Serviços de chamada de longa distância e de roaming internacional, prestados por empresas do Grupo Telefónica;
- l) Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas do Grupo Telefónica;
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- n) Plataforma de serviços de saúde prestados pela Axismed;
- o) *Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Digital;
- p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefónica;
- q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do Grupo Telefónica pela Telfisa;
- r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a educação e formação em modalidade *e-learning* prestados pela Telefónica Serviços de Ensino;
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefónica;
- t) Investimento social a fundação Telefônica, utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;

Notas Explicativas

- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
- v) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefónica Compras Electrónicas;
- w) Mídia Digital serviços de comercialização e exploração de *marketing* digital *in-store* e *outdoor* prestado pela Telefónica On The Spot Soluções Digitais Brasil;
- x) Operações de torres entre Telefonica Brasil e Telxius Torres Brasil;
- y) Valores a serem ressarcidos pela SPTE em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks Brasil;
- z) Venda de produtos digitais, criação de um canal de banda exclusivo que responde à demanda comercial por esses serviços e produtos digitais; e
- aa) Serviços de hospedagem, habitação e soluções de telecomunicações para o mercado corporativo prestados pela Acens.

Conforme descrito na nota 29, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

		Balanco Patrimonial - Ativo					
		31.03.19			31.12.18		
Empresas		Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber, líquidas	Outros ativos
Natureza da transação							
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l) / y)	-	-	11.211	-	-	10.083
Telefónica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	63.493	-	-	60.387
Telefónica	l) / z)	-	10.618	17.386	-	9.300	29.757
		-	10.618	92.090	-	9.300	100.227
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones ESP	k) / l)	-	404	520	-	1.334	520
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a) / d) / f) / l) / p)	-	1.002	2.068	-	903	4.051
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	13.066	-	-	20.877	-
Telefónica Venezolana	k)	-	6.274	2.196	-	5.926	2.196
Telefónica Digital España	g) / l)	-	192	283	-	197	294
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	-	814	125	-	6.360	133
Telefónica Global Technology	l)	-	-	1.765	-	-	-
Telefónica Inteligência e Segurança Brasil	a) / d) / l)	-	856	972	-	800	986
Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha	j) / k)	-	39.701	-	-	46.537	-
Telefónica Serviços de Ensino	a) / p)	-	267	16	-	286	-
Telefónica Mviles Argentina	k)	-	5.829	-	-	5.074	-
Telefónica Mviles Espanha	k)	-	4.800	-	-	7.576	-
Telefónica USA	j)	-	7.776	-	-	9.005	-
Telfisa Global BV	q)	46.439	-	-	46.755	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / l) / p)	-	13.690	5.243	-	11.628	5.295
Telxius Torres Brasil	d) / p) / x)	-	6.012	4.446	-	6.776	4.268
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	g) / h)	-	3.540	-	-	5.341	-
Outras	a) / d) / k) / g) / h) / l) / p)	-	10.650	2.894	-	10.894	2.806
		46.439	114.873	20.528	46.755	139.514	20.549
Total		46.439	125.491	112.618	46.755	148.814	120.776
Ativo circulante		46.439	125.491	111.580	46.755	148.814	114.715
Ativo não circulante		-	-	1.038	-	-	6.061

Notas Explicativas

	Natureza da transação	Balço Patrimonial - Passivo			
		31.03.19		31.12.18	
		Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos
Empresas					
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	y)	-	22.193	-	21.901
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	-	-
Telefônica	l) / m)	581	1.305	687	1.393
		581	23.498	687	23.294
Outras empresas do grupo					
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	713	-	1.056	-
Fundação Telefônica	l)	-	82	-	82
Media Networks Latina America SAC	b)	13.322	-	10.212	-
Media Networks Brasil Soluções Digitais	f)	34.431	318	44.693	318
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	5.261	-	5.706	-
Telefônica Venezuelana	k)	5.903	-	5.410	-
Telefônica Compras Electrónicas	v)	23.436	-	32.582	-
Telefônica Digital España	o)	54.831	-	43.340	-
Telefônica Factoring do Brasil	l) / s)	-	919	-	2.770
Telefônica Global Technology	e)	22.076	-	28.750	-
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	c) / l)	34.135	27	52.184	27
Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha	f) / k)	29.613	-	26.097	-
Telefônica Serviços de Ensino	r)	16.680	-	22.518	-
Telefônica Mviles Argentina	k)	3.677	-	4.160	-
Telefônica Mviles Espanha	k)	4.826	-	5.233	-
Telefônica USA	f)	5.048	201	4.411	200
Telxius Cable Brasil	f) / l)	42.461	2.098	39.662	2.067
Telxius Torres Brasil	x)	33.964	1.512	38.735	1.926
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h)	2.600	-	1.766	-
Outras	k) / h) / i) / l) / u) / w) / aa)	19.957	1.061	16.310	1.032
		352.934	6.218	382.825	8.422
Total		353.515	29.716	383.512	31.716
Passivo circulante		353.515	28.658	383.512	22.220
Passivo não circulante		-	1.058	-	9.496

	Natureza da transação	Demonstração dos Resultados					
		1º Trimestre de 2019			1º Trimestre de 2018		
		Receita operacional	Custos, despesas e outras despesas operacionais (receitas)	Resultado financeiro	Receita operacional	Custos, despesas e outras despesas operacionais (receitas)	Resultado financeiro
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d)	-	103	-	-	65	
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	3.647	(628)	-	4.759	
Telefônica	l) / m)	-	(105.309)	(3.011)	-	(95.803)	
		-	(101.559)	(3.639)	-	(90.979)	
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones ESP	k)	(37)	(1.013)	-	30	15	
Fundação Telefônica	t)	-	(4.809)	-	-	(3.667)	
Media Networks Brasil Soluções Digitais	a) / d) / f) / p)	159	(21.281)	-	577	(29.282)	
Media Networks Latina America SAC	b)	-	(10.548)	(96)	-	(9.061)	
Telefônica Serviços de Ensino	a) / p) / r)	165	(10.680)	-	247	(8.052)	
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	(2)	(8.061)	-	(50)	481	
Telefônica Compras Electrónicas	v)	-	(8.055)	-	-	(8.374)	
Telefônica Digital España	l) / o)	-	(19.029)	(2.618)	-	(24.056)	
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	698	56	(762)	8	53	
Telefônica Global Technology	e) / l)	-	(13.938)	(83)	-	(9.464)	
Telefônica Inteligência e Segurança Brasil	a) / c) / d) / l) / p)	268	(12.155)	-	161	(7.001)	
Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	12.323	(11.843)	(4.898)	13.960	(14.546)	
Telefônica Mviles Argentina	k)	1.303	(526)	-	1.965	(662)	
Telefônica Mviles Espanha	k)	(44)	(1.507)	-	36	(702)	
Telefônica USA	f) / j)	12	(3.232)	(1.042)	618	(4.502)	
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	1.329	(60.484)	(604)	3.780	21.905	
Telxius Torres Brasil	d) / l) / p) / x)	765	(14.732)	(22.521)	-	(22.807)	
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h)	-	(1.158)	(1.644)	-	346	
Outras	a) / d) / f) / i) / k) / l) / n) / p) u) / w)	1.495	(15.668)	(416)	145	(9.754)	
		18.434	(218.663)	(34.684)	21.477	(129.130)	
Total		18.434	(320.222)	(38.323)	21.477	(220.109)	

Notas Explicativas

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 foi de R\$5.806 e R\$6.621, respectivamente. Destes montantes, R\$3.850 (R\$4.467 em 31 de março de 2018) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$1.956 (R\$2.154 em 31 de março de 2018) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

Para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

28) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefónica Brasil e controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia e controladas reembolsam à Telefónica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os detalhes destes planos são os mesmos divulgados na nota explicativa 29) Planos de Remuneração Baseados em Ações, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Os principais planos em vigor em 31 de março de 2019 eram:

- Talent for the Future Share Plan ("TFSP"), para seus Executivos em nível global:

Ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): tendo o direito potencial de receber 119.750 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais).

Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): tendo o direito potencial de receber 130.250 ações da Telefónica (inclui quantidades iniciais).

- Performance Share Plan ("PSP"), para seus Executivos em nível global:

Ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): com 113 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 846.111 ações da Telefónica.

Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 113 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 943.440 ações da Telefónica.

A entrega das ações destes planos está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24) e correspondem a R\$3.800 e R\$1.186 para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, respectivamente.

29) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Notas Explicativas

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks e TGLog
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks e TGLog

Os detalhes sobre os planos informados acima, são os mesmos divulgados na nota 30) Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego, divulgada nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A seguir, demonstramos a movimentação e saldos consolidados dos planos superavitários e deficitários:

	Consolidado		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Total
Saldos em 31.12.17	9.833	(531.938)	(522.105)
Custo do serviço corrente	(611)	(3.552)	(4.163)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	256	(13.247)	(12.991)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	492	4.376	4.868
Saldos em 31.03.18	9.970	(544.361)	(534.391)
Custo do serviço corrente	(1.818)	(10.672)	(12.490)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	764	(39.739)	(38.975)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	870	9.996	10.866
Efeitos em resultados abrangentes	1.211	(94.702)	(93.491)
Saldos em 31.12.18	10.997	(679.478)	(668.481)
Custo do serviço corrente	(684)	(4.129)	(4.813)
Juros líquidos sobre o valor de ativo/passivo de benefício definido	268	(15.846)	(15.578)
Contribuições e benefícios pagos pelos empregadores	445	5.037	5.482
Saldos em 31.03.19	11.026	(694.416)	(683.390)

Dos montantes de planos superavitários apresentados no quadro acima, a Companhia tem registrado os montantes consolidados de R\$11.026 e R\$10.997 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, nota 10.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Notas Explicativas

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

a.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado			
	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
	31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18
Contratos de swaps				
Ponta Ativa	1.158.113	1.184.064	90.040	95.533
Moeda estrangeira	369.013	335.194	41.836	50.536
US\$ (1) (2)	243.868	241.332	24.591	24.608
EUR (2)	101.207	51.971	2.391	-
LIBOR US\$ (1)	23.938	41.891	14.854	25.928
Taxa pós	651.075	699.595	5.157	7.737
CDI (1) (2)	568.089	554.336	1.010	-
TJLP (4)	82.986	145.259	4.147	7.737
Índices de inflação	138.025	149.275	43.047	37.260
IPCA (3) (5)	138.025	149.275	43.047	37.260
Ponta Passiva	(1.158.113)	(1.184.064)	(34.595)	(39.383)
Taxa pós	(578.056)	(608.782)	(28.444)	(24.916)
CDI (1) (2) (3) (4) (5)	(578.056)	(608.782)	(28.444)	(24.916)
Moeda estrangeira	(580.057)	(575.282)	(6.151)	(14.467)
US\$ (2)	(441.995)	(439.103)	(5.614)	(9.396)
EUR (1) (2)	(126.093)	(115.233)	(485)	(222)
LIBOR US\$ (1)	(11.969)	(20.946)	(52)	(4.849)
	Ponta ativa		90.040	95.533
	Circulante		58.331	69.065
	Não Circulante		31.709	26.468
	Ponta passiva		(34.595)	(39.383)
	Circulante		(6.418)	(16.538)
	Não Circulante		(28.177)	(22.845)
	Valores a receber, líquidos		55.445	56.150

- (1) *Swap* de moeda estrangeira (dólar e libor) x CDI (R\$56.459) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R\$55.551).
- (2) *Swap* de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R\$25.042) e (dólar e CDI x dólar) (R\$192.548) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 23 de maio de 2019, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a receber (valor contábil de R\$26.762 em euro) e (valor contábil de R\$192.548 em dólar).
- (3) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$41.540) – operações de *swap* contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$41.807).
- (4) *Swap* TJLP x CDI (R\$82.987) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$91.058).
- (5) *Swap* IPCA x CDI (R\$218.322) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamentos (valor contábil de R\$236.251).

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 31 de março de 2019:

Notas Explicativas

	Consolidado						Valor a receber (pagar) em 31.03.19
	Vencimento em						
Contrato de <i>swap</i>	1 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	48 a 60 meses	A partir de 61 meses	
Moeda Estrangeira x CDI	41.570	-	-	-	-	-	41.570
CDI x Moeda Estrangeira	(5.141)	-	-	-	-	-	(5.141)
TJLP x CDI	4.146	-	-	-	-	-	4.146
IPCA x CDI	11.338	2.049	2.124	2.025	1.957	(4.623)	14.870
Total	51.913	2.049	2.124	2.025	1.957	(4.623)	55.445

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI, IGPM x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de março de 2019 foi de R\$352 (R\$2.449 em 31 de dezembro de 2018).

Nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultado positivo consolidado (líquido) de R\$19.319 e R\$7.740, respectivamente (nota 26).

a.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de março de 2019.

Notas Explicativas

Consolidado				
Operação	Fatores de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	(25.042)	(31.302)	(37.562)
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(25.086)	(31.358)	(37.629)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	51.848	64.810	77.772
	Exposição Líquida	1.720	2.150	2.580
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(192.594)	(240.743)	(288.892)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(143.704)	(179.630)	(215.556)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	336.252	420.315	504.378
	Exposição Líquida	(46)	(58)	(70)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	277.833	259.659	243.683
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(360.060)	(341.886)	(325.911)
	Exposição Líquida	(82.227)	(82.227)	(82.228)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	27.970	27.907	27.846
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(56.057)	(56.006)	(55.946)
	Exposição Líquida	(28.087)	(28.099)	(28.100)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	87.041	86.847	86.657
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(797.010)	(799.124)	(798.926)
	Exposição Líquida	(709.969)	(712.277)	(712.269)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	(222.716)	(288.688)	(288.204)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(277.833)	(259.659)	(243.683)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(27.970)	(27.907)	(27.846)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(87.041)	(86.847)	(86.657)
	Exposição líquida	(615.560)	(663.101)	(646.390)
Exposição líquida total em cada cenário		(1.434.169)	(1.483.612)	(1.466.477)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(49.443)	(32.308)

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de março de 2019 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	3,8967	4,8709	5,8451
EUR	4,3756	5,4695	6,5634
IPCA	4,32%	5,39%	6,47%
IGPM	8,27%	10,33%	12,40%
IGP-DI	7,12%	8,91%	10,69%
UMBND	0,0775	0,0968	0,1162
URTJLP	0,0656	0,0820	0,0984
CDI	6,42%	8,03%	9,63%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2019, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas

b) Valor justo

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia ou suas controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. No decorrer dos períodos demonstrados nos quadros a seguir, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

Notas Explicativas

Controladora						
Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo		
		31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18	
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado	3.940.134	3.275.300	3.940.134	3.275.300	
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	8.477.585	8.246.991	8.477.585	8.246.991	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	58.331	69.065	58.331	69.065
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado	72.955	76.717	72.955	76.717	
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	460.374	426.252	460.374	426.252	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	31.709	26.468	31.709	26.468
Total de ativos financeiros		13.041.088	12.120.793	13.041.088	12.120.793	
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado	7.275.534	7.746.133	7.275.534	7.746.133	
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Custo amortizado	1.042.409	1.076.451	1.094.630	1.135.732	
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.843.572	263.754	1.843.572	263.754
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado	64.423	82.840	240.045	237.144	
Debêntures (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	41.807	41.121	41.807	41.121
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	6.365	15.936	6.365	15.936
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	53	222	53	222
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Custo amortizado	721.669	817.908	705.004	796.481	
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	6.958.067	341.728	6.958.067	341.728
Contraprestação contingente (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	470.409	465.686	470.409	465.686
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado	3.050.697	3.049.949	2.845.702	2.866.981	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	28.177	22.845	28.177	22.845
Total de passivos financeiros		21.503.182	13.924.573	21.509.365	13.933.763	

Notas Explicativas

Consolidado						
Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo		
		31.03.19	31.12.18	31.03.19	31.12.18	
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado	4.074.843	3.381.328	4.074.843	3.381.328	
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	8.546.588	8.304.382	8.546.588	8.304.382	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente					
	Nível 2	58.331	69.065	58.331	69.065	
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado	73.170	76.934	73.170	76.934	
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado	460.374	426.252	460.374	426.252	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente					
	Nível 2	31.709	26.468	31.709	26.468	
Total de ativos financeiros		13.245.015	12.284.429	13.245.015	12.284.429	
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado	7.109.210	7.642.782	7.109.210	7.642.782	
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Custo amortizado	1.042.918	1.076.451	1.095.139	1.135.732	
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado					
	Nível 2	1.843.572	263.754	1.843.572	263.754	
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado	64.423	82.840	240.045	237.144	
Debêntures (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado					
	Nível 2	41.807	41.121	41.807	41.121	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo por meio do resultado					
	Nível 2	6.365	16.316	6.365	16.316	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente					
	Nível 2	53	222	53	222	
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Custo amortizado	722.173	817.908	705.508	796.481	
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado					
	Nível 2	6.958.067	341.728	6.958.067	341.728	
Contraprestação contingente (nota 19)	Mensurado a valor justo por meio do resultado					
	Nível 2	470.409	465.686	470.409	465.686	
Debêntures (nota 19)	Custo amortizado	3.050.697	3.049.949	2.845.702	2.866.981	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 30)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente					
	Nível 2	28.177	22.845	28.177	22.845	
Total de passivos financeiros		21.337.871	13.821.602	21.344.054	13.830.792	

c) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o período de três meses findo em 31 de março de 2019, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.03.19	31.12.18
Caixa e equivalentes de caixa	4.074.843	3.381.328
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente (1)	(14.194.066)	(6.139.437)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	55.445	56.150
Aplicações financeiras em garantia à dívida	12.662	12.473
Ativo garantidor da contraprestação contingente	470.409	465.686
Endividamento líquido	9.580.707	2.223.800
Patrimônio líquido	72.247.696	71.607.027
Índice de endividamento líquido	13,26%	3,11%

(1) Em 31 de março de 2019, inclui os efeitos da adoção da IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 (nota 19).

d) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

d.1) Risco de taxa de câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2019, 0,5% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (1,5% em 31 de dezembro de 2018). A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$55.551 e R\$96.615 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$49.413 mil e €6.116 mil a receber em 31 de março de 2019 e US\$61.909 mil e €15.624 mil a receber em 31 de dezembro de 2018, para minimizar seus riscos cambiais.

d.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional. No primeiro trimestre de 2018, a TJLP era de 6,75%, 6,60% no segundo trimestre de 2018, 6,56% no terceiro trimestre de 2018 e 6,98% no quarto trimestre de 2018. No primeiro trimestre de 2019, a TJLP era de 7,03%

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Notas Explicativas

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$3.931.450 e R\$3.175.730 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

d.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 19, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, que incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

Em 31.03.19	1 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	a partir de 61 meses	Total
Fornecedores	7.109.210	-	-	-	-	-	7.109.210
Empréstimos e financiamentos	573.860	415.110	273.501	244.787	19.313	-	1.526.571
Arrendamentos (1)	2.088.196	1.894.440	1.706.503	1.366.316	1.103.348	2.270.802	10.429.605
Contraprestação contingente	-	-	-	-	-	470.409	470.409
Debêntures	177.069	1.224.502	1.134.176	1.049.061	-	-	3.584.808
Instrumentos financeiros derivativos	6.418	-	-	-	-	28.177	34.595
Total	9.954.753	3.534.052	3.114.180	2.660.164	1.122.661	2.769.388	23.155.198

(1) Inclui os efeitos da adoção da IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 (nota 19).

d.4) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Notas Explicativas

d.5) Riscos socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações. A identificação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte de funcionários das prestadoras de serviços que, em demandas em face da prestadora de serviços e da Companhia, pedem a condenação da Companhia de forma subsidiária, ou seja, podemos ser compelidos a pagar caso a prestadora não arque com essas obrigações. Existe ainda uma possibilidade mais remota de que esses funcionários sejam tratados como diretos por parte da Companhia, o que geraria o risco de uma condenação solidária. As demandas que são de conhecimento da Companhia já estão devidamente provisionadas.

d.6) Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 31 de março de 2019, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$850.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

d.7) Outros riscos

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do *US Foreign Corrupt Practices Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que funcionários, conselheiros, diretores, sócios, representantes ou prestadores de serviço da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia, ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

Em relação às mencionadas políticas e procedimentos, a Companhia está presentemente conduzindo uma apuração interna – a qual é parte de uma apuração mais ampla conduzida pela Telefónica, S.A., acionista controladora da Companhia - relacionada a possíveis violações às legislações supramencionadas. A Companhia está em contato com autoridades governamentais acerca dessa matéria e pretende cooperar com as autoridades à medida em que a apuração continue. Não é possível, no atual momento, determinar o escopo, a duração ou as possíveis consequências de referida apuração.

Notas Explicativas

31) INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa consolidados para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018.

	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				Saldos em 31.03.19
	Saldos em 31.12.18	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamentos e de financiamentos a fornecedores	Adoção inicial da IFRS 16 em 01.01.19	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	4.172.916	(271)	-	-	-	-	598.269	4.770.914
Empréstimos e financiamentos	2.106.814	(371.978)	(33.637)	39.369	146.558	-	-	1.887.126
Arrendamentos	393.027	(381.015)	(98.790)	99.157	49.153	8.618.072	-	8.679.604
Debêntures	3.173.910	-	(68.262)	51.279	-	-	-	3.156.927
Instrumentos financeiros derivativos	(56.150)	19.672	-	(18.967)	-	-	-	(55.445)
Contraprestação contingente	465.686	-	-	4.723	-	-	-	470.409
Total	10.256.203	(733.592)	(200.689)	175.561	195.711	8.618.072	598.269	18.909.535

	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				Saldos em 31.03.18
	Saldos em 31.12.17	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos de arrendamentos e de financiamentos a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.396.116	(367)	-	-	-	1.673	2.397.422	
Empréstimos e financiamentos	3.109.498	(550.065)	(75.970)	56.906	126.411	-	2.666.780	
Arrendamentos financeiros	385.460	(10.991)	(3.951)	14.521	6.100	-	391.139	
Debêntures	4.520.739	-	(82.124)	81.539	-	-	4.520.154	
Instrumentos financeiros derivativos	(143.754)	22.804	-	(6.965)	-	-	(127.915)	
Contraprestação contingente	446.144	-	-	4.940	-	-	451.084	
Total	10.714.203	(538.619)	(162.045)	150.941	132.511	1.673	10.298.664	

b) Principais transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos e ingressos de financiamentos com fornecedores, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31.03.19	31.03.18
Adoção inicial da IFRS 16 em 01.01.19	8.618.072	-
Ingressos de financiamentos com fornecedores	146.558	126.411
Aquisição de ativos por meio de arrendamentos	49.153	6.100
Total	8.813.783	132.511

32) INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS – IFRS 16

A demonstração de resultados consolidados do período de três meses findo em 31 de março de 2019 contempla os efeitos da adoção da IFRS 16. Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, apresentamos a seguir as demonstrações dos resultados consolidados para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 16, sendo:

Notas Explicativas

Item	Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras	Total
Custos e despesas com aluguéis	(404.254)	(13.050)	(40.219)	-	(457.523)
Custos e despesas com depreciação	373.599	17.629	42.000	-	433.228
Encargos financeiros	-	-	-	92.319	92.319
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(23.128)
Total	(30.655)	4.579	1.781	92.319	44.896

	1º Trimestre de 2019			1º Trimestre de 2018	
	DRE 2019 (IFRS 16)	Ajustes IFRS 16	DRE 2019 (IAS 17)	DRE 2018 (IAS 17)	
Receita operacional líquida	10.974.736	-	10.974.736	10.788.961	
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(5.440.007)	(30.655)	(5.470.662)	(5.020.930)	
Lucro bruto	5.534.729	(30.655)	5.504.074	5.768.031	
Receitas (despesas) operacionais	(3.762.708)	6.360	(3.756.348)	(3.971.853)	
Despesas com comercialização	(3.227.972)	4.579	(3.223.393)	(3.198.702)	
Despesas gerais e administrativas	(549.734)	1.781	(547.953)	(600.816)	
Outras receitas operacionais	180.374	-	180.374	89.433	
Outras despesas operacionais	(165.376)	-	(165.376)	(261.768)	
Lucro operacional	1.772.021	(24.295)	1.747.726	1.796.178	
Receitas financeiras	323.145	-	323.145	278.996	
Despesas financeiras	(412.801)	92.319	(320.482)	(451.722)	
Resultado de equivalência patrimonial	(54)	-	(54)	565	
Lucro antes dos tributos	1.682.311	68.024	1.750.335	1.624.017	
Imposto de renda e contribuição social	(340.169)	(23.128)	(363.297)	(525.998)	
Lucro líquido do período	1.342.142	44.896	1.387.038	1.098.019	

33) COMPROMISSOS CONTRATUAIS

A Companhia e suas controladas possuem compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de março de 2019, os valores nominais totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Consolidado
1 a 12 meses	710.664
13 a 24 meses	845.680
25 a 36 meses	815.320
37 a 48 meses	354.610
49 a 60 meses	218.431
A partir de 61 meses	328.489
Total	3.273.194

34) EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Aprovação da proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício de 2018**

Em 11 de abril de 2019, a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2018, ainda não distribuídos, no montante de R\$2.468.684, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O montante será pago até o final do exercício de 2019, em data a ser definida pela Diretoria.

Notas Explicativas

b) Deliberação de juros sobre o capital próprio intermediários do exercício de 2019

Em reunião realizada em 17 de abril de 2019, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, a deliberação do crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2019, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R\$570.000, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$484.500, apurados com base no balanço patrimonial do período.

O pagamento destes proventos será realizado até o final do exercício social de 2020, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 30 de abril de 2019, inclusive.

c) Alienação de ativos – Data Centers de Tamboré e de Curitiba

Em 8 de maio de 2019, a Companhia celebrou um contrato para a alienação dos data centers de Tamboré e de Curitiba (CIC) com uma sociedade controlada por Asterion Industrial Partners SGEIC, S.A. (“Comprador” e “Transação”).

A Transação contempla a celebração com o Comprador de: (i) contrato de venda e compra de ativos (“*Asset Purchase Agreement*”), pelo valor total aproximado de R\$441 milhões; e (ii) contrato de prestação de serviços de housing (“*Master Service Agreement*”) entre a Companhia e o Comprador, assegurando a continuidade da prestação de serviços de housing pela área de B2B aos clientes da Companhia. A conclusão e consumação da Transação estão sujeitas a algumas condições suspensivas comuns a este tipo de transação.

A Transação tem como objetivo otimizar a alocação de capital da Companhia, gerando valor aos seus acionistas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Projeção de Capex

Em 12 de março de 2018, a Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") informou aos acionistas e ao mercado, através de Fato Relevante, suas projeções de investimentos para o triênio 2018-2020.

O montante anunciado é de R\$24.000,0 milhões, excluindo eventuais licenças, e está em linha com a estratégia da Companhia de oferecer qualidade, cobertura e serviços diferenciados a seus clientes, com foco principal em expansão e qualidade das redes móvel e fixa.

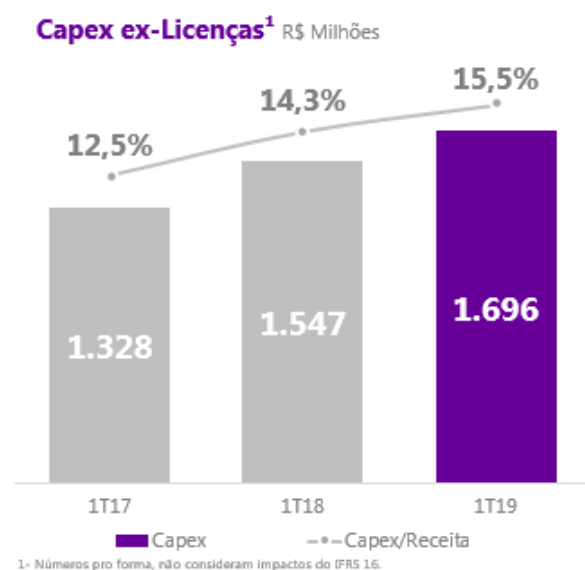
Além disso, a Companhia anunciou um investimento adicional de R\$2.500,0 milhões, para o mesmo período, destinado exclusivamente à aceleração da expansão da rede de fibra óptica.

Os montantes acima são estimados, sujeitos à aprovação do Conselho de Administração da Companhia e alterações diante de eventuais mudanças no ambiente de negócio e macroeconômico.

As projeções permanecem válidas até a sua realização ou substituição por nova projeção.

Acompanhamento da Projeção

O montante investido durante o primeiro trimestre de 2019 se concentrou, principalmente, no aumento do *footprint* e adoção de FTTH e na maior cobertura e capacidade nas tecnologias 4G e 4,5G, estando em linha com as estimativas divulgadas no plano trienal.



No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 8,2 bilhões, dentro da expectativa para a execução de nosso plano trienal, e foram direcionados, principalmente, para as seguintes frentes:

- I. Ampliação da rede de fibra (FTTH), implantando esta tecnologia em 30 novas cidades, além da ampliação da adoção desta tecnologia; e
- II. Ampliação da cobertura e capacidade das redes 4G e 4,5G, que levou à expansão do número de cidades que são cobertas por estas tecnologias para 3.100 e 1.000 cidades, respectivamente, ao final de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas

Telefônica Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telefônica Brasil S.A. (a “Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2019.

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora

Contador CRC 1SP168728/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, o Diretor da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concorda com as Informações Trimestrais ("ITRs") da Companhia relativas ao primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2019, e baseado nas discussões subsequentes, concorda que tais ITRs, refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes.

São Paulo, 08 de maio de 2019.

David Melcon Sanchez-Friera

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, o Diretor da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado, declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais ("ITRs") da Companhia relativas ao primeiro trimestre encerrado em 31 de março de 2019, não havendo qualquer discordância com relação à tais ITRs.

São Paulo, 08 de maio de 2019.

David Melcon Sanchez-Friera

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores